



UFAM

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA CIÊNCIAS HUMANAS ESOCIAIS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

Eunice Emanuele Soares Martins

**CRIANÇA E ADOLESCENTE: GÊNERO E SEXUALIDADE UM DEBATE
NECESSÁRIO**

Manaus
2022

EUNICE EMANUELE SOARES MARTINS

**CRIANÇA E ADOLESCENTE: GÊNERO E SEXUALIDADE UM DEBATE
NECESSÁRIO**

Trabalho de Conclusão de Curso elaborado para apresentação ao Colegiado de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas – Instituto de Ciências Sociais, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a MSc. Naiara Holanda

Manaus
2022

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

M386c Martins , Eunice Emanuele Soares
Criança e Adolescente : gênero e sexualidade um debate necessário / Eunice Emanuele Soares Martins . 2022
74 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Naiara Gaspar de Holanda Lima
TCC de Graduação (Serviço Social) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Criança . 2. Adolescente . 3. Gênero. 4. Sexualidade. I. Lima, Naiara Gaspar de Holanda. II. Universidade Federal do Amazonas
III. Título

Dedico este trabalho a Deus que permitiu que eu chegasse a este momento, aos meus pais, irmãs, minha família, ao curso de Serviço Social, os professores e amigos que contribuíram e acompanharam durante toda a trajetória do curso.

AGRADECIMENTOS

A gratidão é o combustível da alma. É reconhecer o papel fundamental que pessoas ou situações tiveram na nossa vida. Deus se alegra de um coração grato e, diante disso, reconheço que a elaboração deste trabalho foi graças a participação de algumas pessoas as quais agradeço profundamente:

A Deus por até aqui ter me dado força nos momentos difíceis e participado das alegrias, permitindo que eu chegasse aqui.

Ao Espírito Santo de Deus por ter sido amigo fiel durante toda essa trajetória.

A Jesus Cristo por compartilhar comigo de sua graça e me lembrando que com Ele todas as coisas são possíveis.

Aos professores orientadores que participaram de maneira significativa contribuindo com a elaboração da pesquisa, assim como os aprendizados.

A minha orientadora de TCC, Prof^ª. Msc. Naiara Holanda por todo apoio e compromisso na elaboração do TCC.

A minha orientadora de PIBIC, Prof^ª. Dr^ª. Cristiane Fernandez pela oportunidade de participar do Projeto de Iniciação Científica que promoveu um conhecimento e paixão pela pesquisa científica.

Aos professores, coordenadores do curso Serviço Social, supervisores de estágio pelo comprometimento e cooperação na formação de profissionais de qualidade.

Aos meus pais por todo apoio durante toda a minha vida permitindo que eu chegasse a esse momento.

A minhas irmãs por todo companheirismo, amizade e estarem comigo nos tempos difíceis com palavras de ânimo.

A minha família e meus amigos por todo apoio, confiança, compreensão nos momentos em que foi necessário a ausência temporária.

No mais, agradeço a todos que participaram dessa pesquisa de maneira direta ou indireta.

O desafio é re-descobrir alternativas e possibilidades para o trabalho profissional no cenário atual; traçar horizontes para a formulação de propostas que façam frente à questão social e que sejam solidárias com o modo de vida daqueles que a vivenciam, não só como vítimas, mas como sujeitos que lutam pela preservação e conquista da sua vida, da sua humanidade.

(Marilda Villela Yamamoto)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Roda dos Expostos	25
--	-----------

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1: Artigos Publicados por Ano	52
Gráfico 2: Artigos publicados por área do conhecimento	53
Gráfico 3: Artigos em Periódicos de Serviço Social	54
Gráfico 4: Artigos em Periódicos das Ciências Da Religião E Teologia	55
Gráfico 5: Artigos em Periódicos de Psicologia.....	56
Gráfico 6: Artigos em Periódicos de Educação	57
Gráfico 7: Artigos por Qualis	58

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Resultado da Pesquisa de Brêtas et al (2011).....	46
Tabela 2: Identificação dos periódicos antes e pós filtro	51

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Fases da Vida para Áries	21
Quadro 2: Simbologia do Sentimento da Infância para Sobral.....	22
Quadro 3: Roda dos Expostos no Brasil	26
Quadro 4: A Criança na Constituição Brasileira Pré-88 para Wardim et al (2018)...	27
Quadro 5: Concepções de Infância	32
Quadro 6: Código de Menores X Art. 4 do ECA 90	33
Quadro 7: Padrões Históricos do Asc para DeMause (1976, 1991,1993, 1998, 2002)	41
Quadro 8: Identificação dos artigos, por autor e ano.....	59
Quadro 9: Concepções de Sexualidade	61
Quadro 10: Concepções de Gênero.....	65

LISTA DE SIGLAS

ASC – Abuso Sexual contra Crianças

CF – Constituição Federal de 1988

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

GETRA – Grupo de Estudo e Pesquisa em Processo de Trabalho e Serviço Social

IML – Instituto Médico Legal

ISTs – Infecções Sexualmente Transmissíveis

PIBIC – Projeto de Iniciação Científica

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I: CRIANÇA, ADOLESCENTE E INFÂNCIA	18
1.1 HISTÓRIA SOCIAL DA INFÂNCIA	18
1.2 HISTÓRIA SOCIAL DA INFÂNCIA NO BRASIL	23
1.3 A INFÂNCIA NA CONTEMPORANEIDADE	31
CAPÍTULO II: GÊNERO E SEXUALIDADE	37
2.1 CONCEPÇÕES DE GÊNERO NA INFÂNCIA	37
2.2 APONTAMENTOS GERAIS DA SEXUALIDADE NA INFÂNCIA	40
2.3 SEXUALIDADE, GÊNERO, INFÂNCIA: PROBLEMATIZAÇÕES	44
CAPÍTULO III: CRIANÇA, ADOLESCENTE, GÊNERO E SEXUALIDADE	50
3.1 MAPEAMENTO DAS PRODUÇÕES QUE DISCUTIRAM GÊNERO, SEXUALIDADE, INFÂNCIA: APONTAMENTOS GERAIS	50
3.2 CONCEPÇÕES E TENDÊNCIAS SOBRE SEXUALIDADE E GÊNERO NAS PRODUÇÕES	59
CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
REFERÊNCIAS	69

INTRODUÇÃO

Criança e adolescente: gênero e sexualidade em debate é o tema deste trabalho. O ponto de partida dessa pesquisa foi a participação no Projeto de Iniciação Científica, no ano de 2020 em conjunto com a orientadora Prof.^a. Dr.^a. Cristiane Fernandez. O PIBIC faz parte de um projeto guarda-chuva guiado pela orientadora do mesmo, intitulado *Enfrentamento da violência/exploração sexual de crianças e adolescentes: a responsabilidade da escola na proteção de direitos*, vinculado ao Grupo de Estudo e Pesquisa em Processo de Trabalho e Serviço Social (GETRA), que está em curso. Esta pesquisadora usufruiu de bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

A associação das categorias criança, adolescente, sexualidade e gênero costuma causar um certo espanto ou recusa nesse debate. É compreensível tendo em vista a sociedade conservadora a qual vivemos hoje e que tenta, de todas as formas, exercer o controle sobre a sexualidade, as decisões, os comportamentos de crianças e adolescentes. Assim como, os padrões sociais e históricos que incitam a visão de uma infância assexual. Essas questões históricas transparecem na forma como a criança era tratada que corrobora para a decisão de não conversar com as crianças a respeito de sexualidade. De outro modo, os padrões sociais de como agir guiam para uma sociedade cada vez mais manchada pela dor e sofrimento daqueles que, silenciosamente, padecem com os efeitos que a violência sexual contra as crianças e os adolescentes geram neles.

De acordo com uma pesquisa publicada pelo G1, só na Zona Oeste de São Paulo entre os meses de janeiro e abril, houve um aumento de 670% na denúncia de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes em relação com o ano passado (LAUDARES, G1, 2021). Este fato é importante pois reflete um descaso com a sexualidade destas crianças, com o direito delas a educação, assim como, a repercussão de padrões históricos de gênero que vem sendo construídos ao longo dos anos e permeados por meio de processos sociais.

A sexualidade é uma categoria que, por muitas vezes, é dita como imoral na sociedade. Essa exclusão não se restringe apenas a fase da infância, mas ganha espaço na discussão a respeito dos corpos femininos. Os movimentos feministas

vieram como uma medida para as mulheres reivindicarem os direitos sobre seus corpos e sua sexualidade. Entretanto, as crianças não possuem esse discernimento a respeito de uma luta social. Tendo em vista, que o direito a sexualidade se tornou uma espécie de movimento dentro da sociedade.

A sexualidade não é só sexo. Sexualidade é direito, conhecimento, proteção, prazer. Crianças e adolescentes têm direito a sexualidade, todavia é importante ressaltar o valor que existe no ensino sobre a sexualidade. A fase da infância é um período de autoconhecimento, crescimento e construção. Muitas deles não sabem a respeito dos limites dos seus corpos, quem pode toca-los ou não. O perigo aumenta quando aqueles que deveriam cuidar, são quem violentam. Esse aspecto demonstra a imediaticidade a qual a sexualidade na infância precisa ser discutida.

Outro aspecto quando abordamos a sexualidade são as questões de gênero que muitas das vezes estão conectadas com elas. O gênero na infância é visto sob uma determinação sob os corpos a respeito do significado de ser homem ou ser mulher. Desde as lojas infantis já é possível percebemos tais diferenciações, como o lado dos brinquedos de meninas, onde todos os brinquedos são rosa e delicados e, por outro lado, o dos meninos são azuis e se restringem a carros e bonecos com super poderes que lutam contra o mal. Tais fatos representam os significados sociais de ser homem e mulher na sociedade contemporânea e que são inseridos nas crianças por meio da socialização com esse meio.

Esse debate se aprofunda ainda mais, quando percebemos que o que era para ser alguma brincadeira simples se torna um meio para que as violências permeiem as crianças e adolescentes. A menina que é ensinada a ser submissa, fugir de todo modo de “impureza” e estar sempre a dispor dos mais velhos é silenciada quando sofre algum tipo de abuso sexual infantil. Porque para essa criança ou adolescente que não foi ensinada a respeito de seu corpo e de seus limites gera uma confusão. Por outro lado, o menino que é ensinado a ser agressivo de repente se ver violado e sente a vergonha e a culpa de contar a respeito.

Quanto a construção social do significado de ser criança, é possível notar que esse debate da proteção social de crianças e adolescentes ainda é muito recente. No passado, a criança perpassou de ser um “adulto mirim” para um sujeito que era receptor de toda a maldade e, por fim, no período da idade média a igreja entendeu a

criança como um ser angelical, sendo representada por meio de figuras angelicais. Corroborando para a etapa da infância que gera conflito nos pais em educar, pois falar sobre sexualidade com seus filhos é um mecanismo de ferir a pureza da criança.

Cabe avaliar ainda o papel do adolescente nessa discussão, partindo do princípio de que esta fase é uma transição entre a criança e o adulto. Durante a idade média não havia essa nomenclatura, essa categoria é recente. Todavia, devemos compreender a particularidade desse momento, uma vez que debater a adolescência é entender que o momento envolve diversos fatores, tais como: o momento de se encontrar em outros grupos, as paixões da adolescência que faz parte desse momento. Desta forma, a sexualidade adentra essa discussão tendo em vista que o ensino a respeito dela é relevante para que não haja gravidez na adolescência, violência sexual, seja por maiores ou nos próprios relacionamentos desses adolescentes.

Diante do exposto, elenca-se que este trabalho está dividido em três capítulos, sendo o capítulo 1: *Criança, adolescente e Infância*; capítulo 2: *Gênero e sexualidade*; e, por fim, capítulo 3: *Criança, Adolescente, Gênero e Sexualidade*. A divisão se embasa em iniciar abordando sobre a infância, como é a história social no mundo, no Brasil e na contemporaneidade; posteriormente, realizar uma aproximação com os conteúdos de gênero e sexualidade na infância e como ele se relaciona, para que finalize trazendo os resultados da pesquisa sobre o que os autores pontuam como suas concepções e o que demonstrou ser a maior tendência das produções científicas.

Percebemos, a partir disso, que a pesquisa explorou as seguintes categorias: criança, adolescente, gênero e sexualidade. Cabe ressaltar que essa é uma pesquisa bibliográfica que, segundo Gil (1991), é uma pesquisa que tem base naqueles materiais que já foram elaborados, como livros e artigos científicos. Desta forma, este trabalho se justifica em ser uma pesquisa bibliográfica visto que o campo da pesquisa foi os periódicos científicos das seguintes áreas: Educação, Psicologia, Serviço Social e Ciências da Religião e Teologia. A questão central é – Quais as concepções de gênero discutidas nos periódicos científicos e como historicamente essas concepções afetam a noção de sexualidade de crianças e adolescentes? Para isso, foi estabelecido o objetivo geral a seguir: *Refletir sobre a produção de gênero e sexualidade infantil em periódicos científicos, no período de 2011 a 2020, considerando suas convergências e divergências*. Quanto as questões norteadoras

secundárias, estabeleceu-se: Quais as produções científicas discutem sobre concepções de gênero e sexualidade de crianças científicos? Quais as concepções sobre gênero e sexualidade de crianças e adolescentes abordadas nos periódicos científicos? Quais as tendências nas discussões sobre gênero e sexualidade de crianças e adolescentes em periódicos científicos? Diante disso estabeleceu-se como objetivos específicos foram os seguintes: 1 – *Mapear as produções sobre gênero e sexualidade de crianças e adolescentes em periódicos científicos.* 2 – *Apontar as concepções sobre gênero e sexualidade de crianças e adolescentes em periódicos científicos, ressaltando as convergências e divergências.* 3 – *Apontar as tendências da produção sobre gênero e sexualidade de crianças e adolescentes em periódicos científicos.*

Ressalto que este trabalho é fruto do PIBIC e que a ordem dos objetivos deste trabalho foi trocada, para seguir a metodologia da pesquisa em TCC. Considerando que a metodologia da pesquisa consistiu em no primeiro momento realizar uma busca pelos periódicos científicos das seguintes áreas: Serviço Social, Ciências da Religião e Teologia, Psicologia e Educação. Este trabalho durou entre os meses de agosto a outubro de 2020, sendo uma pesquisa intencional e executada, inicialmente, na Plataforma Sucupira para classificar os periódicos nas áreas citadas acima. Contudo, excluímos as revistas em inglês, deixando as traduzidas, e optamos pela classificação de 2013 – 2016. Por conseguinte, realizamos o mapeamento dos artigos em cada periódico catalogado.

Além do mais, durante o ano de execução dos objetivos do projeto, textos foram lidos com o objetivo de desvendar a produção a respeito das categorias, essa busca foi realizada usando os descritores sexualidade, gênero, criança e adolescente, infantil, ao todo, 20 artigos foram analisados, o que representa 8%. A averiguação dos periódicos foi realizada no Portal de Periódicos da Capes, sendo que os periódicos que haviam sido colhidos na Plataforma Sucupira, mas não estavam no capes periódicos foram descartados. Esta opção foi feita para facilitar o acesso aos sites das revistas. Essa foi a metodologia usada para alcançar o objetivo 1, mapear as produções sobre gênero e sexualidade de crianças em periódicos científicos, que finalizou em março de 2021.

Quanto ao segundo objetivo -, apontar as tendências da produção sobre gênero e sexualidade de crianças e adolescentes em periódicos científicos – optamos por

elaborar uma tabela com os artigos identificados no objetivo 1, a partir de uma amostra probabilística, isto é, por meio de sorteio e, apenas 8% dos artigos coletados foram analisados. A decisão de 8% foi intencional e decorreu devido a limitação de tempo para viabilizar a pesquisa. Após coletar os artigos, inicia-se a leitura e identificação da concepção dos autores acerca das categorias sexualidade e gênero. Posteriormente, cada dado coletado foi posto numa tabela para análise e cumprimento do objetivo 3.

O terceiro objetivo – apontar as concepções sobre gênero e sexualidade de crianças e adolescentes em periódicos científicos, ressaltando as convergências e divergências – consistiu em analisar a tabela elaborada na execução do objetivo 2 e identificar os caminhos dos autores ao debater gênero e sexualidade. A identificação da tendência ocorreu a partir da interpretação dos dados e seu resultado apresentava-se em formato textual. Os objetivos 2 e 3 foram executados nos meses de abril e junho de 2021. Essa foi a metodologia usada nesta pesquisa, a qual os resultados estão expostos no capítulo 3.

A relevância dessa pesquisa, no campo social e aplicado, busca contribuir para que os pais e familiares reflitam sobre a importância de discutir a sexualidade com crianças e adolescente. Essa prática não é no intuito de sexualizar, mas fornecer um conhecimento de qualidade e seguro com o intuito de proteger as crianças e os adolescentes da violência sexual. No campo teórico, produzir um aparato geral sobre os caminhos que a produção intelectual de gênero e sexualidade na infância tem tomado. Essa visão irá oportunizar um olhar mais preciso e compreensão acerca dos rumos que a sociedade tem estabelecido.

No campo acadêmico, sensibilizar estudantes para que busquem maiores conhecimentos nesse campo da pesquisa que, muitas vezes, é cercado por preconceitos. Esses estudos são necessários para que se criem novas metodologias e avancem na proteção e garantia de direitos de crianças e adolescentes. Além disso, pontua-se que durante a elaboração da pesquisa, coleta de dados que estarão expostos no capítulo 3 deste TCC¹, houve algumas dificuldades que se encontram no fato de que como para fins dessa pesquisa a análise se embasou em periódicos, a situação que se apresentou é que alguns periódicos surgiram mais de uma vez tendo em vista estarem presentes em mais de uma área.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso

CAPÍTULO I

CRIANÇA, ADOLESCENTE E INFÂNCIA

Este capítulo busca discutir a respeito da criança e do adolescente, partindo de sua construção social e histórica até os tempos da modernidade. Para isso, no princípio ocorrerá o debate acerca do que é a história social, qual autores de base e seguirá para a particularidade da concepção da história social da infância no Brasil. Uma vez que, estudar expressões da Questão Social ou tentar entender um determinado contexto é necessário olhar para as particularidades sociais e históricas. Por fim, este capítulo finalizará no debate a respeito da infância tal qual a observamos hoje. Para isso, será utilizado o ECA², sua institucionalização, os fatores que o precederam, os motivos que levaram a seu desenvolvimento e seus impactos na modernidade.

1.1 HISTÓRIA SOCIAL DA INFÂNCIA

A história social da infância é um tema relevante para discussão frente mudanças sociais que enfrentamos, como: as transformações que a tecnologia causou nas relações que as crianças vivenciam, a partir da maior exposição pessoas desconhecidas em salas de bate papo, as ansiedades sociais. Assim como, as violações de direitos aos quais as crianças e adolescentes são expostos, como a violência sexual, verbal, moral, dentre outras. Ou seja, as crianças e os adolescentes estão em uma nova etapa de sua construção enquanto categoria. Por esse motivo, olhar para o passado permite conhecer como as crianças e os adolescentes, se transformaram ao longo dos séculos e como isso acarretou nos significados gerados para as situações que perpetuam suas vidas.

Nosso objetivo neste tópico é discorrer a respeito dessa História Social da Infância. Primeiramente, abordaremos o significado de “história social” para posteriormente olhar para o campo da infância. Essa decisão parte do princípio de que a infância é uma etapa diferente do adulto. Desse modo, entender a história social

² Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990)

da infância é olhar para a particularidade dos sujeitos, momentos históricos, contextos, contradições. Por exemplo, a criança ser representada de mesma estatura ao adulto ou apenas um pouco inferior é um fato, entretanto, quando há uma percepção de que isso existia porque a sociedade daquela época entendia que não havia diferença, observarmos nesse momento um fato histórico.

Desse modo, a história é a ciência que olha para os fatos passados e sobrepõe a eles interpretações. Assim como toda ciência, a história tem seus campos, um desses é a “história social” que, segundo Barros (2005), é uma área da história que se propõe a estudar o processo histórico de alguma categoria e com isso se encontra com as diversas dimensões e aspectos que percorrem esse campo. Como exemplo de conteúdos da história social é possível observar em sites de pesquisa a possibilidade de pesquisar a respeito da história social da infância, da arte, inglesa, do jazz, da música. Tendo em vista, que o objetivo é olhar para essas categorias e compreender as dimensões econômicas, políticas, diferenças de classes, contradições que existem nessa dinâmica.

Sob essa ótica, observaremos a História Social da infância que foi estudado por autores como Philippe Áries e Marcos Cezar de Freitas (Org.). Além de autores de artigos publicados, assim como grupos de estudos em Universidades ao redor do Brasil e do mundo. A história social da infância é um tema abordado por Philippe Áries com o seu livro intitulado *História Social da Infância e da Família* escrito no ano de 1978. Outro livro referência neste estudo é *História Social da Infância no Brasil*, organizado por Marcos Cezar Freitas no ano de 2001. Percebe-se que a infância adentrou como campo de pesquisa recentemente e isso demonstra que a sociedade num contexto geral não se preocupava com essa fase da vida humana. Além de que, entender a história social da infância e compreender a sua particularidade regional e cultural. A partir da perspectiva de que a violência contra a criança e o adolescente não deixa de ser legalmente transformada, mas permanece, o que muda é a forma como as pessoas a interpretam.

Bem, sob a perspectiva de Áries (1978), entender a infância é olhar para traz e observar não a questão da idade, mas o sentimento de infância que existe por detrás dos resquícios que permitem uma interpretação histórica, tal como: as pinturas, as poesias, as músicas e cartas encontradas. Tendo em vista que, no passado, as

sociedades não tinham o costume que as sociedades modernas possuem, como determinar a vida através da idade, tal qual a associação de idades com direitos. Mas, o passado revela que eles obtinham a arte para demonstrar a forma como conheciam o passado.

As mudanças que cercam a sociedade são marcantes. No século XXI o comum é que todos saibam suas idades e somos separados com base nessa idade. Essas questões podem ser vistas nos limites para ver determinado filme, ingestão de bebida alcoólica em bares e festas, brinquedos, viagens, isenção de pagamento em festas, dentre outros. Ou seja, a modernidade é demarcada por um limite de idade, sabemos quem são crianças, adolescentes e adultos, por conta da idade.

Áries (1978, p. 33) ao estudar a forma como as crianças eram vistas no passado. Ele constatou que havia um outro termo utilizado pelas sociedades da época para demonstrar isso, a qual chama de “idades da vida” que:

ocupam um lugar importante nos tratados pseudocientíficos da Idade Média. Seus autores empregam uma terminologia que nos parece puramente verbal: infância e puerilidade, juventude e adolescência, velhice e senilidade — cada uma dessas palavras designando um período diferente da vida.

Com isso, percebe-se que as “idades da vida” era um termo que buscava associação com a biologia humana, uma forma de designar qual a etapa do curso da vida. Então, elas se dividem em: infância e puerilidade, juventude e adolescência, velhice e senilidade. Essa divisão foi proposta no livro de *Le Grand Propriétaire de toutes choses* (in SANDERSON, 2005) a qual discorre que, a infância é a idade reconhecida pela falta de dentes, onde as crianças não conseguiam falar corretamente perdura até os sete anos. A puerilidade é chamada desta maneira, pois a pessoa ainda é reconhecida como alguém que necessita de cuidados e dura até os catorze anos.

A adolescência é conhecida como a fase da procriação, os autores divergem a respeito da finalização dessa etapa, sendo vinte oito anos a trinta e cinco. Quando essa etapa finaliza adentra a juventude, força para ajudar a si e aos outros, essa fase finaliza entre os quarenta e cinco a cinquenta anos. Desta forma, segue para senilidade caracterizado pelo momento de maior fragilidade e perda da força da juventude, perdura até os sessenta e cinco anos, e, por fim, a velhice, onde o sujeito

só espera a morte. Essas fases podem ser vistas de forma resumida no quadro a seguir:

FASES DA VIDA PARA ÁRIES

Fase	Características
Infância	Perca dos dentes, sete anos
Puerilidade	“menina dos olhos”, quatorze anos
Adolescência	Força, vigor; vinte oito a trinta e cinco anos
Juventude	Força para ajudar a si e aos outros; quarenta e cinco anos
Senilidade	Perda da força da juventude, sessenta e cinco anos
Velhice	Esperar pela morte

QUADRO 1: Fases da vida para Áries de Construção Própria inspirado no livro de Áries (1978)

A partir do quadro 1, percebe-se que havia uma determinação nas idades da vida caracterizada sobre uma base de funções sociais e como aquela categoria se apresentava socialmente. Por exemplo, a infância e adolescência a qual conhecemos, hoje, é determinada por sua inocência e aprendizado perante a vida. Enquanto a fase do adulto é reconhecida perante a reprodução e força produtiva e, por fim, a velhice é reconhecida por sua incapacidade. Desta forma, a idade média constrói a concepção das idades e, mais precisamente, da infância, com base nas funções dentro da sociedade.

A respeito da demarcação das fases da vida no modo numérico, foi constatado por Áries (1978), que apenas no século XVIII os patronos da igreja católica passaram a registrar quando as crianças nasciam. Previamente, a isso a partir do momento em que as crianças passavam a parar de depender dos adultos para suas atividades básicas como comer, beber, vestir elas já eram consideradas “miniadultos”. Desta forma, percebe-se que a sociedade evoluiu ao longo dos anos, uma vez que a transposição de uma fase da vida para outra deixou de ser determinada a partir de seus fazeres sociais e começou a ser entendida a partir de um ponto biológico, como quando se estabelece as idades da vida.

Sobral et al (2015) categoriza essa construção da história da infância de maneira mais simbólica, quando apresenta com base nos séculos. É possível observar no quadro abaixo:

SIMBOLOGIA DO SENTIMENTO DA INFÂNCIA PARA SOBRAL

Século	Sentimento da infância
XVIII	Párocos começam a registrar o nascimento das crianças
XII	As crianças eram pouco representadas nas imagens de família ou poesias e quando traziam as crianças elas viam em formato de miniatura, mas havia traço que diferenciava dos adultos.
XVII	A criança era vista sozinha ou segurando a mão de algum adulto, não havia tanta importância na morte de uma criança pois ela poderia ser substituída com o nascimento de outra.
XIII	As crianças começam a ser mais destacadas, além de serem vistas como a alegria de suas famílias por trazerem brincadeiras e alegrias.

Quadro 2: Simbologia do Sentimento da infância para Sobral de construção própria e inspirado em Sobral et al (2015)

A partir desse quadro percebe-se que a criança, no passado, era vista como um objeto da família, uma representação de riqueza, herança. Os filhos, de preferência os homens, herdavam as riquezas dos seus pais e poderiam exercer a mão de obra contribuindo na renda familiar, por outro lado as mulheres eram utilizadas para estabelecer acordos entre as famílias possibilitando que houvesse uma perpetuação do núcleo familiar.

Tendo em vista que a taxa de mortalidade nos tempos passados era alta, considerando a alta insalubridade e falta de recursos médicos, assim como o conhecimento necessário, resultavam que doenças se espalhassem. Com base nisso, as meninas a partir da menarca já eram oferecidas em casamento, por volta de seus onze anos de idade.

Outro aspecto que a história social da infância nos demonstra é a importância que a igreja obtinha. Percebe-se a partir de que a primeira associação que há com a idade é a partir da idade cronológica começa na igreja e a percepção da criança enquanto ser angelical emerge da associação da criança. Essa concepção reflete a importância das instituições no que se refere a mudanças sociais. Entretanto, essa mudança deve urgir a partir da percepção da particularidade de cada uma. Quando discutimos a infância é necessário entender que essa ideia irá variar de acordo com a localidade, por exemplo. No Brasil, existe uma diferença, pois falar da história social da infância no Brasil é apontar para a criança mulata, negra, rica, pobre, indígena. Sob esse ponto de vista iremos discutir no próximo tópico.

1.2 HISTÓRIA SOCIAL DA INFÂNCIA NO BRASIL

A descoberta do Brasil no ano de 1500 pelos portugueses foi resultado das Grandes Navegações. Quando os portugueses adentraram o território brasileiro encontraram os povos indígenas e riquezas inimagináveis; além disso, estavam as crianças indígenas. Olhar para esse começo é entender que desde o início a criança estava presente e a partir disso é possível compreender a particularidade da infância no Brasil. Considerando que, não se restringe apenas na infância num contexto geral, mas em suas particularidades.

Warde (2007) aponta para a diferença entre a criança e a infância, onde a criança é o sujeito da psicologia, medicina que é estudado e a infância é um conceito elaborado pelas ciências sociais, denominado como uma construção social. Ou seja, a infância é um fenômeno que perpassa fatores históricos, sociais e culturais; enquanto a criança é um sujeito biopsicossocial em desenvolvimento. Em cima disso, percebe-se que a concepção de infância sofre as transformações dentro do contexto brasileiro considerando a multiplicidade de culturas e dos processos sociais e econômicos.

Papalia e Feldman (2013) partem do mesmo princípio de que a infância é uma construção social, pois não há um momento determinado para se tornar adulto e deixar de ser criança. Todavia, as autoras separam seu livro *Desenvolvimento Humano 12ed* da seguinte forma: olhar para a primeira infância, segunda, etc. não só sob uma perspectiva física e natural, mas num contexto psicossocial que considera a cultura dentre outros. Com isso, percebe-se que a infância emerge enquanto conceito histórico-social e o sujeito que é a criança é entendido não só sob fatores sociais, culturais que afetam no seu desenvolvimento, assim como há um olhar cognitivo e físico que embasa para avaliar o desenvolvimento biopsicossocial.

Dito isso, neste momento iremos analisar a história da infância no Brasil perpassando um olhar pela fase Jesuíta que remete a infância no descobrimento do Brasil, olhar para a roda dos expostos, cidade dos menores, a desigualdade social e a infância, a criança preta, parda, branca e mulata e, por fim, quais os fatores pré-constituição de 1988.

Chambouleyron (2010 apud Del Priore) debate a respeito da infância no período Jesuíta. O autor destaca que nesta época havia um interesse dos padres da Companhia de Jesus pelas crianças, como se vê na citação abaixo:

o ensino das crianças, como se vê, fora uma das primeiras e principais preocupações dos padres da Companhia de Jesus desde o início da sua missão na América portuguesa” CHAMBOULEYRON (in Del Priore, 2010, p. 66)

A partir disso, é possível perceber que o foco dos Jesuítas no início era cumprir com seu “papel missionário” e realizar o evangelismo por meio desse indivíduo mais influenciável, a criança. Os indígenas também eram adeptos da possibilidade de ter seus filhos ensinados pelos brancos, todavia, os Jesuítas queriam utilizar essa confiança para adentrar essa estrutura que já estava firmada.

Essa perspectiva pode ser percebida na suspeita de Chambouleyron (in Del Priore, 2010, p. 71),

o ensino das crianças indígenas pudesse representar, também, uma possibilidade de estabelecer alianças entre grupos indígenas e padres, revelando outra dimensão da evangelização das crianças como “grande meio” para se converter o gentio.

Desta forma, compreende-se que a infância, historicamente, é percebida como um sujeito mais influenciável da relação e que necessita de adultos para proteger, cuidar e ensinar. No caso da infância na época dos Jesuítas, elas ficaram vulneráveis a violação dos padres da igreja que catequisavam os pequenos, não permitindo que os mesmos praticassem sua religião. Por outro lado, nos tempos atuais no Brasil, as crianças são violadas sexualmente em diversos contextos.

Outro fato histórico no que diz respeito a infância no Brasil é a roda dos expostos. De acordo Marcilio (in FREITAS, 2003, p. 53), ele descreve que:

A roda dos expostos foi uma das instituições brasileiras de mais longa vida, sobrevivendo aos três grandes regimes de nossa história. Criada na Colônia, perpassou e multiplicou-se no período imperial, conseguiu manter-se durante a República e só foi extinta definitivamente na recente década de 1950! Sendo o Brasil o último país a abolir a chaga da escravidão, foi ele igualmente o último a acabar com o triste sistema da roda dos enjeitados.

Perante o exposto, nota-se que a roda dos expostos perdurou por mais de vinte anos no Brasil. Ela é conhecida como uma das primeiras instituições de assistência à

criança brasileira. O entendimento da necessidade de criar uma organização voltada para infância teve base na quantidade de crianças abandonadas nas estradas, para serem comidas por animais ou mortas pelo frio, o destino mudava quando almas caridosas recolhiam as crianças. Conforme as pessoas foram vendo o aumento desse abandono decorrente do preconceito de filhos gerados fora do casamento ou até da incapacidade econômica de sustentar um outro membro familiar, considerando a falta de métodos contraceptivos.

Desta forma, criaram a roda dos expostos que segundo Marcilio (in FREITAS, 2003, p. 57) funcionava da seguinte maneira:

O nome da roda provém do dispositivo onde se colocavam os bebês que queriam abandonar. Sua forma cilíndrica, dividida ao meio por uma divisória, era fixada no muro ou na janela da instituição. No tabuleiro inferior e em sua abertura externa, o expositor depositava a criancinha que enjeitava. A seguir, ele girava a roda e a criancinha já estava do outro lado do muro. Puxava-se uma cordinha com uma sineta, para avisar a vigilante ou rodeira que um bebê acabava de ser abandonado e o expositor furtivamente retirava-se do local, sem ser identificado.

A seguir é possível observar uma imagem de como era a roda dos expostos para melhor compreensão;

RODA DOS EXPOSTOS



Figura 1 – Roda dos Expostos

Fonte: A infância no Brasil. Disponível em: <<http://ainfanciadobrasil.com.br/seculo-xviii-os-enjeitados/>>

A vista disso, percebe-se que a roda dos expostos demonstra um descaso com a criança, a começar pelo local onde as crianças eram depositadas para a adoção, o que era similar a uma lixeira. Outro fato que remete a isso, é que a roda dos expostos foi criada tendo em vista que muitas crianças eram abandonadas em florestas, nas ruas demonstrando que não havia um cuidado com aquele ser pequeno e frágil.

A roda dos expostos no Brasil foi uma das últimas a serem excluídas. De acordo com Marcilio (in FREITAS, 2003, p. 66), houve treze roda dos expostos no Brasil

RODA DOS EXPOSTOS NO BRASIL

Período	Estado	Cidade
Século XVIII	BA	Salvador
	RJ	Rio de Janeiro
	PE	Recife
Império	SP	São Paulo
Após a Lei dos Municípios	RS	Porto Alegre
	RS	Rio Grande
	RS	Pelotas
	BA	Cachoeira
	PE	Olinda
	RJ	Campos
	ES	Vitória
	SC	Desterro
MT	Cuiabá	

Quadro 3: Roda dos expostos no Brasil de Construção própria inspirado em Marcilio (in FREITAS, 2003, p. 66),

A partir disso, percebe-se que a maioria da roda dos expostos se concentrou no Rio Grande do Sul, Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco. O fato de a maioria da roda dos expostos surgir após a Lei dos Municípios que era uma lei que isentava o município de pagar um valor para cuidar das crianças, contanto que esta tivesse uma casa de misericórdia. Essa questão revela que o Estado só buscava medidas protetivas para as crianças contanto que isso os favorecesse, uma característica do capitalismo. Essa relação se deu por conta que as cidades estavam se industrializando e era necessário que as ruas tivessem uma visibilidade melhor, visto que as pessoas ricas da sociedade andavam por ela e não agradável visualmente para sociedade burguesa a quantidade de crianças abandonadas nas ruas, por esse motivo que foi instituído as casas de misericórdia. Outro motivo que demonstra o papel que tem o capitalismo nessa dinâmica é que as casas de misericórdia aumentaram em quantidade após a Lei dos Municípios, como pode ser visto no quadro 3, porque essa Lei poupava os municípios de gastar com as crianças abandonadas, caso tivessem uma casa de misericórdia. Desta forma, o Estado percebe-se que só existia o interesse em criar instituições caso isso privilegiasse alguém.

Outrora com um tempo surge o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA que possibilita direitos para a criança brasileira, mas ainda assim é possível observar

crianças sendo abandonadas, não o abandono na legislação, mas o não cuidado com a criança que muitas das vezes deixa a criança por vulnerável ao Abuso Sexual contra Crianças – ASC. Em cima disso, percebe-se a construção histórica da infância, uma prática que só mudou seu formato.

A cidade dos menores foi uma estratégia do Estado para oferecer assistência à criança pobre que estava nas ruas. A visão se concentrava mais no Nordeste e havia um medo dos governantes, pois a cidade estava em crescimento então havia aquele receio de proteger seus cidadãos. Posto isso, eles decidiram criar a Cidade dos Menores, localizada numa região rural que tinha o objetivo pedagógico e de incentivar os jovens a contribuírem com a sociedade.

De acordo com Bispo (2007), os artigos que o autor estudou para formar o seu trabalho, constatou que na literatura havia dados que apontavam para a presença de crianças pobres nas ruas de João Pessoa, em cima disso ela pontua que havia a necessidade de uma escola que provesse a essas crianças proteção, recuperação, uma estratégia de resolver o problema da cidade. Considerando o crescimento. Desta forma, é possível perceber que o olhar para criança não advém do reconhecimento de que este ser precisa ser protegido e cuidado, mas só há essa necessidade quando ela demonstra uma invisibilidade da criança como um sujeito de direitos desde o início.

No que diz respeito aos aspectos legais Waquim et al (2018) debatem a respeito da infância na constituição brasileira pré-1988 a qual está exposta no quadro abaixo de maneira resumida:

**A CRIANÇA NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA PRÉ-88 PARA WARDIM ET AL
(2018)**

Período	Características
Saída de Portugal até o início do século XVIII	A maioria dos meninos de rua eram brancos
Século XIX em diante	A maioria dos meninos de rua eram pretos
Escravidão	Crianças escravas não eram abandonadas pois representavam mão de obra. Sofriam ASC, maus-tratos e humilhações.
A partir do século XVII	Criação das Casas de Misericórdia. Aumento do abandono de crianças
Lei do Ventre Livre Século XIX	Primeira lei de assistência à criança, pois quando a mesma completava sete anos o Estado indenizava o dono do escravo e ela ia para o orfanato ou ela permanecia escrava até vinte e um anos de idade.

Ordenações das Filipinas Século XIX	Estabelecia a imputabilidade penal. Entre os sete anos aos dezessete anos o tratamento era similar ao adulto, mas havia uma certa atenuação. Entre os dezessete anos e vinte e um anos eram considerados jovens adultos podendo sofrer pena de morte. No caso de crimes contra a moeda, poderia sofrer pena de morte aos quatorze anos.
Constituição do Império 1824	Omissão para assistência e proteção da criança brasileira.
Código penal do Império de 1830	Inserido o exame da capacidade de discernimento para aplicação da pena. Os menores de quatorze anos não sofriam pena, mas se houve o entendimento que aqueles entre a idade dos sete e quatorze anos tinham compreensão, eles eram guiados para as Casas de Correção.
Asilo de Meninos Desvalidados de 1875	Voltado para os meninos que estavam abandonados nas ruas e tinham entre seis a doze anos de idade. Eles eram recolhidos e recebiam instrução primária e aprendiam a ser mecânicos.
Proclamação da República – 1889	Começam a olhar para a criança como aquela que tem o destino da nação.
Primeiro Código Penal dos Estados Unidos do Brasil – 1890	Manteve o código anterior, mas modificou a previsão de imputabilidade penal aos nove anos e manteve a busca pelo discernimento dos nove até os quatorze.
Primeira Constituição Federal da República – 1891	Omissão para com a proteção e assistência à criança brasileira.
Serviço de Assistência e Proteção à Infância Abandonada e Delinquente, no Rio de Janeiro – 1921	Serviço criado pelo Serviço Social.
Primeiro Congresso Brasileiro sobre a Infância – 1922	Discutiram assistência à infância, proteção, educação e saúde das crianças.
Primeiro Juízo de Menores, no Rio de Janeiro – 1923	Mello Mattos foi o primeiro juiz de menores na América Latina
Código de Menores – 1927	Ele vem com uma proposta de proteção à criança e não ainda da criança como sujeito de direitos. Voltado para os menores delinquentes no sentido de proteger e prevenir por meio de ações pedagógicas.
Constituição Republicana – 1934	No artigo 134, foi a primeira a fazer menção da preocupação do poder público com a infância.
Constituição Brasileira – 1937	Competência privativa da União legislar sobre: saúde da criança, infância e juventude são objetos de garantias especiais, abandono moral, físico ou intelectual seriam falta grave, entes federativos garantiriam educação adequada, direito à profissionalização, não obrigação a frequentar aula de ensino religioso.
Década de 1930	Estado passa por um período de reaver seus papéis diante das políticas públicas.
Pós-1937	A política estadonovista possibilita que o trabalhador adentre o cerne da política

	pública e questões como infância, maternidade voltam para o centro.
Constituição de 1937	O Serviço Social integra os programas de bem-estar da criança, com o Serviço de Atenção ao menor.
Novo Código Penal – a partir de 1940	Rever o Código de Menores
Constituição de 1946	Referências genéricas a proteção da criança e do adolescente.
Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) – 1964	Surge no período da ditadura e foi como um instrumento de controle político, pois buscava tratar o problema social das crianças de rua para atender a elite.
Constituição de 1967	Os direitos de crianças e adolescentes vem para segundo plano, ao retirar a previsão constitucional de proteção da criança e adolescente.
Constituição de 1969	Retirou os direitos e reduziu a idade mínima para trabalho para doze anos. Por meio dele foi atualizado o Código de menores
Código de Menores – 1979	Menores delinquentes eram anormais pois eram frutos desse sistema desigual que produzia abandono, humilhações e pobreza
Constituição Federal – 1988	Institui o artigo 227 da CF

Quadro 4: A Criança na Constituição Brasileira Pré-88 para Waqim Et Al (2018). Construção própria e inspirado em Waqim et al (2018)

Com base no quadro nº4, percebe-se que a criança e o adolescente em sua construção histórica, social e política foram violados em sua liberdade, privados de seus direitos, que a CF trouxe como base para cada um dos seres humanos. Essa trajetória que a infância percorreu até alcançar o reconhecimento como cidadãos demonstra uma sociedade marcada pela desigualdade, preconceito, onde os mais vulneráveis sofrem e ficam expostos a essas expressões da Questão Social, como o abandono, a fome, desproteção social, violência sexual, analfabetização, dentre outros.

As expressões que a Questão Social apresenta são diversas, tanto é que no quadro acima é possível observar que houve separação nos períodos quanto as crianças que eram abandonadas, constatando que houve crianças brancas nas ruas. Esse fato representa que as expressões da sociedade desigual e a forma como tratavam as crianças não se isolava apenas nas crianças pretas, mas ainda iremos aprofundar nessa questão, o ponto é que a violência contra a criança não tinha classe, cor nem raça. Com isso percebemos que essa construção histórica se perpetua até os dias atuais, onde é possível observar o mesmo padrão no ASC, conforme veremos adiante.

As crianças pretas, conforme foi dito, possuem uma particularidade. Considerando que essa categoria muitas das vezes é associada a aspectos não só de desigualdades sociais, como também econômicas, políticas. Partindo do pressuposto de que o Brasil foi estruturado num contexto de escravidão, onde os brancos eram superiores aos pretos. Essa questão resultou em que as crianças pretas não eram abandonadas, sob o senso comum esse fato pode ser positivo, entretanto, ele revela a visão do capital que tem como objetivo o lucro, crianças não eram vidas a serem protegidas, elas significavam mão de obra. Esse caso se perpetua até os dias atuais, no trabalho infantil, na exploração sexual e na violência sexual.

A Ordenação das Filipinas é relevante, pois demarca a questão da imputabilidade penal. Entretanto, a pena de morte ela era aceita a partir dos 14 anos, nos casos de crimes contra a moeda. Ou seja, reflete que o objetivo dos governantes não era as crianças, apenas o lucro, marco de uma sociedade desigual, uma expressão da Questão Social que, de acordo com Yamamoto (2008, p. 27) é

o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz em comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

Desta forma, compreende-se que havia um avanço da sociedade em outros aspectos, mas não existia esse olhar para criança com o objetivo de transformar num cidadão de direitos, mas o foco era ter esse cuidado quando ele intervinha na apropriação privada. Essa ideia é vista a partir do ponto de que só começam a transformar esses pontos tendo em vista que as cidades estavam se tornando zonas industriais e era vergonhoso a quantidade de crianças abandonadas.

Um marco da trajetória pré-88 é o Código de menores que legislado duas vezes. Esse é relevante pois a partir dele que o ECA surge. Ele é o primeiro que advém com a ideia de proteção da criança, nesse ponto é um período pós ditadura então a sociedade já estava começando a persistir em pontos de ter mais os direitos sociais.

Desta forma, percebe-se que a criança e o adolescente avançaram nos aspectos legais, entretanto ainda há as raízes históricas de como elas se constituíram. Esse passado se reflete em questões como ASC, por mais que existam leis e medidas punitivas, ele ainda é um marco na sociedade. Partindo desse contexto histórico, no

próximo capítulo iremos aprofundar e buscar compreender como a criança é vista na atualidade.

1.3 A INFÂNCIA NA CONTEMPORANEIDADE

No tópico anterior foi relatado a respeito da construção histórica dos aspectos legais das crianças e dos adolescentes, as estratégias de Assistência Social daquele tempo e o percurso histórico para que a criança e o adolescente sejam considerados cidadãos, o que veio a ser possível.

Neste tópico, o objetivo é entender a infância na contemporaneidade, essa nova realidade que possibilitou a exposição da infância não a novas violências, mas a forma como elas alcançam essa categoria. Para isso, será apresentado o Art. 227 da CF, o ECA, será discutido a era tecnológica, “youtubers mirins”, “tiktokers” e como esse contexto decai numa violência aos direitos de proteção da criança e dos adolescentes, de maneira mais específica, os critérios de gênero e sexualidade.

Um dos marcos do direito da criança e do adolescente é o Art. 227 da Constituição Federal de 1988, que pontua:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010)

Esse artigo da CF é de extrema importância, pois pontua dois fatores: institui a proteção integral e possibilita a existência do ECA. De acordo com Souza (2019), o percurso que precedeu a criação do Art. 227 está centrado no Código de Menores, onde precede um momento onde a criança vítima da sociedade, da fome, da pobreza, da miséria era condenada por isso até o momento em que é constituído o Art. 227 e criança e o adolescente em sua totalidade adentram o campo de proteção.

De acordo com Lima e Veronese (2012), a doutrina de proteção integral consiste em família, Estado e sociedade numa ação conjunta para garantir a proteção integral da criança e do adolescente. O que demonstra que a infância na contemporaneidade, legalmente, é protegida de todas as formas de violência, possuindo garantia dos direitos básicos. Em comparação com outras formas que o

Estado criou de “assistência” ao longo da história, como: Código de Menores, a roda dos expostos, FUNABEM, dentre outros. Desta forma, olhar para a infância na contemporaneidade é entender que eles estão num contexto de maiores privilégios no que diz respeito aos aspectos legais, essa perspectiva pode ser ainda mais comprovada quando observamos o ECA.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA foi instituído pela Lei 8.069/1990. Um ponto a ser ressaltado é que, de acordo com Pöpper e Dias (2016), o ECA é fruto do Código de menores, visto que esses códigos tinham medidas muito violentas contra as crianças e os adolescentes. Desta forma, após lutas sociais para garantir maior direito à infância, vinte anos após o último Código de menores ser postulado, foi criado o ECA, formulado com uma visão abrangente no que diz respeito aos direitos sociais das crianças e adolescentes.

Na perspectiva de Castro e Macedo (2019, p. 1220) ele consegue

ultrapassar a visão de assistencialismo para a afirmação de direitos, a de delinquência para a de proteção integral. Rompe também a barreira da diferenciação entre as crianças e adolescentes que vivem ou não em situação de vulnerabilidade, para a promoção do desenvolvimento integral

Ou seja, o ECA possibilita um avanço nos direitos das crianças e adolescentes desde o Código de Menores, demonstrando ser um marco entre a infância que era violada e sem perspectivas de melhorias de vida, para uma infância protegida. Para melhor compreensão iremos avaliar as concepções de infância e os direitos no sentido do Código de Menores e o ECA.

CONCEPÇÕES DE INFÂNCIA

Código de Menores	ECA – LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990
Menor em situação irregular – aquelas em situação de pobreza e que sofriam maus tratos.	Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

Quadro 5 – Concepções de infância. Construção própria.

Conforme o quadro nº 5, percebe-se que o Código de menores ele trazia uma perspectiva de culpabilização da criança pela situação nas quais se encontravam. De acordo com Cantini (2009, p. 3), eles traziam os menores sobre um denominador de “abandonado/infrator”, fazendo referência as crianças que eram vítimas das omissões

ou descaso de seus cuidadores. Elas eram enviadas para instituições da época. Esse Código demonstra que havia um descaso não só com a infância, mas com os sentimentos e significados que atribuíam a isso. Tendo em vista que a criança e/ou adolescente além de ser abandonado por sua família ou sofrer formas de violência ainda era culpado por essas situações e enviado para instituições pedagógicas com o objetivo de ser transformado.

Por outro lado, o ECA delimita sua percepção de infância mais sob uma perspectiva de idade. Esse ponto é favorável à criança e adolescentes, pois possibilita diversos direitos. Entretanto, Lowenkron (2016) prefere a ideia de “menoridade sexual” quando diz respeito à proteção de crianças e adolescentes de ASC. Tendo em vista que, na opinião da autora, a idade é apenas um demarcador social, mas quando é abordado a questão de é seguro ou não uma relação entre uma menina e um menino, aspectos além de idade surgem, como a de maturidade e se há conhecimento e discernimento das relações de poder existentes.

Esse ponto do direito à sexualidade será melhor explanado nos capítulos seguintes, neste momento, a referência é a concepções de infância da contemporaneidade. Desta forma, entende-se que há a questão da idade que institui o ECA, mas há discursões no meio teórico que revelam que não é só uma questão de idade, mas de maturidade. Partindo disso, entende-se que isso é aceito visto que o contexto atual é outro e se renova a cada dia, crianças são expostas a violências todos os dias e as discussões de renovam.

Conforme foi dito acima e dando continuidade, outro aspecto analisado neste tópico diz respeito ao avanço no sentido de direitos, entre o Código de Menores de 1927 e 1970, e o Art. 4 do ECA, como pode ser observado nos quadros abaixo:

CÓDIGO DE MENORES X ART. 4 do ECA 90

1927	1970	Art. 4 do ECA		
Proibiu a prisão de menores de 18 anos	Voltado para o menor em situação irregular, o menor de 18 anos vítima	Vida	Saúde	Alimentação

	de maus tratos e abandonado.			
**	**	Educação	Lazer	Profissionalização
**	**	Cultura	Dignidade	Respeito
**	**	Liberdade	Convivência familiar	Convivência comunitária

Quadro 6: Código de menores x Art. 4 do ECA 90. Construção própria e inspirado em: Art. 227 da CF – 1988 e em Waquim et al (2018)

A partir do quadro, percebe-se que em comparação dos direitos do Código de Menores e o ECA, o ECA possibilitou uma gama maior de direitos. O quadro demonstra que as crianças e adolescentes, consideradas no Art. 2 do ECA, são assistidas em doze direitos. Essa informação é relevante, pois quando se pensa a infância na contemporaneidade é um momento de garantia de direitos, o que diverge dos tempos passados, o que é possível no quadro onde ressalta os códigos de menores, que só vislumbrava as crianças delinquentes, mas culpabilizando. Tendo em vista que, no passado o objetivo maior era não prejudicar a sociedade burguesa que estava em crescimento na época, as atividades de assistência à infância daquele tempo era voltado para atender os desejos da sociedade da época, vale ressaltar que a sociedade não mudou, o objetivo ainda resiste, de atender os objetivos da sociedade burguesa, mas as estratégias mudaram.

Por esse motivo, também, que existe o Serviço Social, como diz lamamoto (1982), o Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão social do trabalho, ele busca atender tanto a sociedade burguesa quanto o proletariado. Posto isso, entende-se que ainda há uma sociedade desigual, mas as estratégias mudaram. A infância hoje usufrui de maiores direitos, porque são outros tempos e a infância se transforma.

Oliveira (2018), consideram que é necessário pensar a infância na sociedade da época, não apenas nos fatores biológicos, mas entender que a infância existe dentro de um contexto. Com isso entende-se que a infância no passado existiu dentro de um contexto profundo de desigualdades, como ainda resiste, outrora, com o advento do ECA, a infância, nos aspectos legais, está melhor assistida, como é possível observar nos quadros acima.

Além do mais, refletir acerca da infância na contemporaneidade é entender que ela reside num contexto de profundas transformações tecnológicas. Neste momento, existem plataformas digitais como youtuber, streaming³, TikTok, Instagram, facebook e as crianças possuem um acesso muito facilitado a essas plataformas e publicidades.

As crianças e adolescentes do século XXI possuem um acesso maior às redes sociais, salas de bate-papo do que as do passado. A pandemia ainda acentuou essas questões e, por um lado, é um fator positivo pois demonstra que parte delas estão tendo acesso ao seu direito ao lazer, por meio de filmes, vídeos, desenhos; educação, considerando que durante a pandemia as aulas migraram para o online; cultura, pois elas estão, constantemente, se atualizando da modernidade no quesito de músicas, danças, dentre outros. Desta forma, percebe-se que a infância da modernidade está mais englobada na vida social e moderna, tanto é que é possível ver crianças realizando danças nessa rede e até compondo a renda familiar por meio dessas estratégias digitais.

Entretanto, Sanderson (2005) alerta sobre a participação das crianças e dos adolescentes no meio digital, tendo em vista que é um ambiente facilitador para que elas tenham acesso a abusadores infantis. Por esse motivo, entende-se que a infância na modernidade está mais vulnerável ao ASC, além de que essa informação transmite que a violência que as crianças sofriam no passado, como a sexual, física, ainda se perpetua nos tempos atuais, mas de outra forma. Vale ressaltar, que o ECA no Art. 5 dispõe que:

Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Desta forma, entende-se que, legalmente, a criança é protegida de formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Segundo Loureiro e Marchi (2021), as mídias digitais interessam às crianças, pois permitem o acesso à novidade, interações e novas possibilidades. Desta forma, entende-se que a infância da contemporaneidade ela possui mais direitos e alcançou novos patamares, desde a proteção integral contra todas as formas de violência até direitos

³ Streaming são programas de TV como a Netflix, PrimeVideo, DisneyPlus, dentre outros.

básicos como o lazer, educação, convivência, dentre outros. Entretanto, ela ainda enfrenta um risco que persiste historicamente, a violência sexual contra a criança.

Considerando que o objetivo deste trabalho é entender o que os autores debatem acerca da relação de gênero e sexualidade, criança e adolescente, pontua-se que a criança a qual falamos nos tópicos passados perpassou em sua historicidade muita violação dos seus direitos, em sua abrangência, no capítulo seguinte e no próximo iremos abordar acerca do gênero e do direito à sexualidade. Por fim, será apresentado a respeito dos debates que há no meio científico a respeito deste tema tão pertinente num contexto de maior vulnerabilidade da infância.

CAPÍTULO II

GÊNERO E SEXUALIDADE

Neste capítulo abordaremos acerca das concepções de gênero e sexualidade e sua relação com a infância. Tendo em vista que, os debates acerca de gênero adentraram os discursos teóricos a partir do movimento feminista e com isso tem alcançado os estudiosos da infância que tem produzido conteúdo demonstrando que a criança e o adolescente têm sido influenciados pelas as questões de gênero. Outra questão a ser abordado é a sexualidade, um tema que causa receio de ser trabalhado por visões históricas de que a criança é um “ser angelical”, entretanto, ela é um ser em desenvolvimento onde a sexualidade faz parte dele. Por fim, será abordado a relação das duas categorias e como elas se entrelaçam, onde será conversado sobre as questões de violência sexual, gravidez na adolescência, dentre outros.

2.1 CONCEPÇÕES DE GÊNERO NA INFÂNCIA

O capítulo 1 trouxe uma perspectiva do que era a infância, no seu contexto histórico, perpassando a história social da infância no mundo, onde foi debatido a respeito da construção histórica e como a criança e o adolescente não obtinham importância e status de cidadania na época. Após essa discussão, foi delimitado para a história social da infância no Brasil, onde foi discutido a roda dos expostos, cidade dos menores e o caminho que precedeu o ECA. Por fim, o capítulo 1 findou na discussão da criança na contemporaneidade, onde alcançou-se a compreensão de que a infância da contemporaneidade se concentra no âmbito de direitos, conhecimento e proteção.

Dentro desse contexto, neste tópico iremos abordar a categoria do gênero, o objetivo é fazer uma breve discussão sobre este conceito com a intenção de aproximar o leitor da temática, mas que a análise será feita no capítulo 3.

A palavra gênero pode ser associada, por exemplo, a gramática, onde ele vem com uma subdivisão para determinar as categorias homem e mulher, assim como os gênero textuais, narrativo, descritivo, dissertativo, expositivo e injuntivo. De acordo

com Guedes (2012), dentro da gramática o conceito de gênero vem trazendo concepções negativas atreladas a mulher e positivas atreladas ao homem. Tendo em vista que quando falamos a respeito da mulher é possível encontrar significados desde aquela que gera a vida até aquela intitulada “meretriz”. Com base nisso, a autora descreve que:

a língua reflete a construção cultural do povo que a nomeia, a partir da dominância de características comuns, representações sociais que nos atravessam a nós, indivíduos, às instituições sociais, como escola, igreja, direito etc, às normas e valores sociais instituídos socialmente e expressos em códigos de comportamento sociais” (GUEDES, p. 6, 2012).

Posto isso, percebe-se que o gênero, num contexto gramatical, reflete as concepções de feminino e masculino e em cima disso constrói determinações sociais. Ou seja, postula a partir da construção cultural e das representações que a possui as formas de ser mulher/menina e homem/menino. Essa perspectiva é revelada na gramática, como foi possível observar, nas lojas de roupa, de brinquedo, dentre outros.

A outra concepção de gênero que remete as questões de desigualdade, lutas sociais surgiu com o movimento feminista. De acordo com Salva et al (2018), essa parte da história foi um marco para as discussões de gênero, tendo em vista que é uma representatividade de toda desigualdade social, econômica, cultural e histórica a qual as mulheres eram e são sujeitas. Esse contexto é relevante para compreender como as questões e interpretações de gênero se perpetuam nos tempos modernos e em diversas fases da vida.

Na perspectiva das autoras, a desigualdade a qual as mulheres vivem ao longo de sua história é persistente e as crianças apreendem esse contexto, tendo em vista que ainda é uma realidade. A dinâmica elaborada é que a mulher e o homem tem papéis bem divididos e nessa divisão, percebe-se que existe um construto a qual vai sendo formado desde a infância. Além do mais, segundo Souza (2008), o gênero é tido como os processos sociais que constrói meninos e meninas, homens e mulheres a partir da divisão, ou seja, o gênero é uma categoria que é construída ao longo da vida do ser humano e esse processo começa ainda na infância.

Em cima disso, é possível discutir o gênero e entender a maneira a qual ele se perpetua na infância. De acordo com Santos (2017), o gênero na infância ele encontra espaço por meio dos processos de socialização, isto é, quando as crianças interagem

entre si por meio de brincadeiras, quando os pais estão conversando com os filhos e apresentando discursos como “isso é coisa de menino” ou “isso é coisa de menina”. Desta forma, uma das formas que o gênero se perpetua no espaço da infância.

As questões de gênero ainda estão presentes dentro das instituições escolares. Por exemplo, conforme Duarte e Barbosa (2020), os espaços escolares mantêm a divisão de gênero desde as brincadeiras que são realizadas, quando existe bonecas para as meninas e os meninos devem brincar de luta ou algum esporte. A vista disso, entende-se que por mais que isso aconteça dentro de uma instituição escolar, sabe-se que isso se consolida dentro de espaços familiares, roda de amigos, dentre outros. Uma vez que, é algo intrínseco na nossa sociedade.

Além do mais, como já foi dito as questões de gênero tiveram o início da sua discussão nos movimentos feministas, embasados nas desigualdades salariais, sociais, dentre outras as quais muitas mulheres eram e são submetidas. Essas desigualdades são provenientes da divisão social dentro da sociedade, concebida historicamente, que definiu os papéis sociais de mulheres e homens e meninos e meninas; desta forma, essa maneira de agir se consolida desde a infância através dos objetos e presentes que são entregues, com base no sexo, onde um menino usa azul e a menina usa rosa. Para mais, isso se perpetua através do processo de socialização que ocorre em vários lugares, inclusive em instituições escolares.

Sob essa visão Santos (2017) que defende que o gênero encontra espaço dentro das arenas reprodutivas e guia a maneira como o sujeito deve agir, denominando formas de ser menino e ser menina. Por outro lado, Carvalho e Melo (2019) pontuam o gênero como um produto de uma sociedade, o qual é social, cultural e histórico. Desta forma, percebe-se que o gênero é a maneira como as pessoas agem e ensinam as crianças a agirem e estar embasado numa sociedade desigual, tendo em vista as relações de poder nela presente que institui maneiras de agir onde a mulher “deve obedecer ao homem” ou “a mulher submissa ao homem” ou que “a criança deve obedecer e fazer tudo que o adulto mandar, pois é inferior a ele”. Essas construções são históricas e por mais que por um lado esteja existindo um movimento contrário a esses debates, eles ainda estão presentes nos discursos no cotidiano, prejudicando as relações sociais de crianças e adolescentes e os deixando vulneráveis a perigos.

A relação do gênero com a sexualidade é algo pertinente que será discutido com mais profundidade no último tópico deste capítulo, mas para melhor compreensão. No próximo tópico será trabalhado as questões da sexualidade, como ela é vista na sociedade, será trazido alguns discursos para que seja visto e por fim será trabalhado a relação dela com a infância.

2.2 APONTAMENTOS GERAIS DA SEXUALIDADE NA INFÂNCIA

Este tópico tem como objetivo discutir a sexualidade na infância. Xavier Filha (2014) realiza a seguinte comparação ao abordar a sexualidade na fase da infância, ela relata que os colonizadores no momento em que saíam para descobrir as terras, eles sentiam medo porque era desconhecido, nunca haviam entrado em contato; da mesma maneira a autora compara que trabalhar a sexualidade na infância incita um receio de corromper a infância por parte dos estudiosos, pais, educadores. Desta forma, o foco aqui é realizar essa aproximação para que exista um breve conhecimento a respeito da sexualidade e como ela guia as suas expressões ainda na infância.

De acordo com Sanderson (2005), a sexualidade infantil faz parte do desenvolvimento da criança e do adolescente, ou seja, quando é garantido a criança o conhecimento a respeito do seu corpo, dos limites é dado a ela o direito à educação, dignidade, respeito e liberdade. Considerando que, o direito a educação emerge a partir do momento em que a ela é garantido o conhecimento, a dignidade quando ela poderá dizer com propriedade o que é de seu agrado e o que não é, nesse momento é visto o direito à liberdade, de poder dizer o “não”, também ser contemplado, assim como o respeito, a partir do momento em que essa criança diz um não ou compreende a que está sendo submetida e é capaz de ser respeitada em sua decisão.

A vista disso, entende-se que esse debate que está sendo realizado e a apresentação dos resultados a ser feita no capítulo 3, não se trata apenas de um conhecimento teórico, mas um respaldo para à vista do Serviço Social cumprir com o que está disposto nos princípios fundamentais do Código de Ética do Serviço Social, Lei de 1993, parágrafo 1 que institui que:

Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;

Desta forma, garantir o direito a sexualidade de crianças e adolescentes, assim como uma infância livre de qualquer forma de violência e exploração é não só um dever, mas um compromisso de todas as profissões e adultos, inclusive do Serviço Social, haja visto seu compromisso ético de reconhecer a liberdade como o valor central de sua profissão.

Considerando ainda que a violência sexual que, segundo Sanderson (2005), é fruto também do desconhecimento de crianças e adolescentes a respeito da sexualidade. Mas, entende-se que não se finda apenas nisso, tendo em vista que a sociedade num contexto geral é marcada por desigualdade, as crianças, como já foi debatido no capítulo 1, na sua construção histórica foram marcadas por desigualdades e violências as quais permeiam até os dias atuais. Essa construção de violência possui várias vertentes, podendo ser desde física, psicológica, moral, mas neste tópico iremos abordar, brevemente, a sexual.

De acordo com Pendersen (2009), esse tipo de violência é uma expressão da Questão Social, pois demarca a forma como a sociedade foi sendo construída socialmente. Além disso, a autora opina que a violência sexual contra crianças é uma expressão da desigualdade social persistente que além de produzir miséria, pobreza, produz a violência sexual contra criança. Esse relato pode ser expresso também no aumento do número de casos de ASC no tempo de pandemia em que a sociedade perpassou por uma crise sanitária, econômica e social, o que acentuou as expressões da Questão Social.

Entretanto, compreende-se que o ASC é um fato histórico, como pode ser visto no quadro abaixo. Ele perpetua desde os tempos da antiguidade, como será apresentado:

QUADRO 7 – PADRÕES HISTÓRICOS DO ASC PARA DEMAUSE (1976, 1991,1993, 1998, 2002)

Século	Modo	Características
Antiguidade – Século IV	Infanticídio	Estupros, meninos entregues a homens mais velhos a partir dos 7 anos; venda de crianças para escravidão sexual, bordéis de crianças, meninos sendo garotos de aluguel

Século IV – século XVIII	Abandono	Vender crianças a monastérios para ficarem sujeitos a sodomia, violência física, adolescentes estuprando meninos menores até que a desaprovação da pedofilia ocorre no século XVIII
Século XIX – século XVIII	Ambivalente	A igreja se posiciona contra a prática de molestar crianças, mas a criança era punida se fosse pega se masturbando e punições como: circuncisão ⁴ , Clitoridectomia ⁵ , infibulação ⁶ e introdução de objetos nos órgãos genitais.
Século XIX – metade do século XX	Socialização	Pais e adultos começaram a se tornar menos abusivos e é introduzida uma educação sexual a crianças.
Atualidade	Ajuda	Pais ajudam as crianças a alcançar seus objetivos com amor e aceitação, mas ainda há ASC.

Quadro 7 – Padrões Históricos do Asc para DeMause (1976, 1991, 1993, 1998, 2002). Construção própria, inspirado em Sanderson (2005)

A partir do quadro é possível perceber que o ASC é um fato histórico. Durante o modo infanticídio nota-se a variabilidade que ocorria o estupro de crianças e adolescentes e como havia até uma espécie de mercantilização. Infelizmente, nesta época as crianças não obtinham lugar dentro da sociedade e esses atos eram uma estratégia de descaso. Até o modo ambivalente, constata-se que a prática persiste, embora as maneiras sejam mais diversas, tendo em vista que por mais que exista uma conscientização do erro ao praticar esse tipo de violência, a questão já era cultural.

Durante o modo de socialização e ajuda, nota-se uma maior evolução no sentido de movimentos contra a violência sexual contra crianças e adolescentes, entretanto o ASC está presente na realidade de muitas famílias no mundo todo e em diversas culturas, por mais que, conforme trazido por Sanderson (2005), determinadas culturas não entendem o ASC como abuso e sim como algo que foi acordado na

⁴ Circuncisão é uma cirurgia para retirada do prepúcio nos homens, isto é, uma pele que recobre o pênis. Essa é uma prática muito citada nos registros bíblicos a qual o povo de Israel detinha como mandamento bíblico, então era como diferenciavam o “povo de Deus”.

⁵ Clitoridectomia é a remoção total ou parcial do clitóris. Em algumas cidades e comunidades africanas essa ainda é uma prática comum sob posicionamentos religiosos, culturais e sociais.

⁶ Infibulação é o ato de cortar ou costurar uma parte dos grandes lábios deixando apenas uma pequena abertura.

sociedade. Além do mais, olhando para os interiores do Amazonas é possível constatar também a violência entre pessoas em situação de risco. Por determinadas razões, inclusive, a falta de acesso à direitos, não só os básicos, mas quando se fala a respeito das crianças, é necessário abordar a falta de direito a educação, liberdade, dentre outros.

Entretanto, o foco neste tópico é abordar a sexualidade e o intuito de trazer este debate sobre ASC é demonstrar ao longo da história as crianças e adolescentes sofreram de maneiras diversas, como foi possível notar desde a roda dos expostos onde eram abandonadas, até o ASC, onde há um crime contra a própria criança. Diante deste contexto, onde fica a sexualidade da criança e do adolescente?

Segundo Ribeiro (2011), a sexualidade faz parte da vida da criança e ela cria estratégias para vivenciar essas experiências que são normais e fazem parte da construção e do desenvolvimento da criança e do adolescente. Desta forma, percebe-se que a sexualidade infantil marca presença no decorrer do desenvolvimento. Entretanto, nos aspectos legais, é possível observar campanhas apenas sobre “violência sexual infantil” e não existe um movimento para se ensinar a criança e o adolescente a respeito da sexualidade e sobre como esse processo faz parte do desenvolvimento infantil, desta forma, garantindo o direito à sexualidade, à educação, à liberdade.

De acordo com Carvalho et al (2012), há um controle sobre a sexualidade infantil e suas formas de expressão, além de que as muitas vezes no debate desse tema é referente à violência sexual, prevenção de gravidez na adolescência e ISTs⁷. Posto isso, percebe-se que o tema da sexualidade infantil fosse centrado apenas no debate a respeito da prevenção das situações citadas acima.

Sanderson (2005) pontua que a sexualidade infantil na infância é prazer e estar ligada a estímulos sensoriais, a criança não interpreta essas situações como eróticas, mas como sensações agradáveis. Todavia, a sociedade conservadora atual deseja ter esse controle e transforma o prazer como algo ruim, pois está fundamentada nos aspectos da sociedade burguesa, a que é rica, sem defeitos. Desta forma, reduzi a sexualidade infantil a algo errado, essa prática pode ser decorrente da história,

⁷ Infecções Sexualmente Transmissíveis

considerando que desde o passado já havia um desejo pelo controle do corpo da criança também.

Outra situação que ao abordar sexualidade infantil surge é a questão de como a criança aprende. Ribeiro (2011) defende que a criança aprende por meio das brincadeiras, de suas experiências e vivências. Sanderson (2005) pode acrescentar a esse debate, pois pontua que a criança aprende a partir de valores morais e da família. Nessa questão pode-se levantar duas discussões, primeiro que a criança cria as estratégias, demonstrando uma liberdade do ser de aprender. Além disso, haja vista a necessidade de cooperar com essa descoberta a partir do acesso à educação de qualidade que ajuda para que ela não venha ser vítima de nenhum tipo de violência, seja física, sexual ou psicológica.

Em cima disso, adentra o segundo ponto, as crianças conseguem aprender sobre sexualidade a partir dos valores que são repassados e inclusive na família. Entretanto, a família é, muitas das vezes, o ambiente onde mais ocorre os abusos, cooperando assim para que a criança aprenda de maneira errada a respeito da sexualidade infantil. Sendo assim, existe uma importância de um papel multiprofissional para garantir um direito à informação sobre a sexualidade, mas de maneira qualificada e verídica, por esse motivo que é necessário não só professores, pedagogos, médicos, enfermeiros, como também o assistente social.

Para que esta informação seja de maior qualidade, o próximo tópico irá fazer uma relação entre gênero, sexualidade e Serviço Social, para que no final seja revelado os resultados da pesquisa do PIBIC, isto é, o que os autores estejam falando sobre a temática de gênero, sexualidade, criança e adolescente.

2.3 SEXUALIDADE, GÊNERO, INFÂNCIA: PROBLEMATIZAÇÕES

A sexualidade e o gênero são questões que estão intimamente interligadas. Eles são temas, como foi visto ao longo da escrita do capítulo 2, que tem conexão com as formas como a criança experiencia sua sexualidade, como é repassada a sexualidade para as crianças, como os adolescentes se colocam em posição de

vulnerabilidade devido as questões de gênero, além de como as questões de gênero interferem na sexualidade.

De acordo com Souza e Ribeiro (2020), a sexualidade e o gênero, realmente, são categorias que estão interligados, mas elas ressaltam que não significa que possam ser utilizados como sinônimos. Na concepção das autoras, a sexualidade adentra a vivência de prazeres e o gênero como a identificação das categorias homens e mulheres e como eles são conduzidos. A partir disso, vale ressaltar que é comum ver a interferência deles, considerando, por exemplo, a violência sexual entre jovens, no caso dos meninos que realizam jogos para que as meninas fiquem com eles de maneira sexual como a utilização de frases como “se você me ama, você deve ficar comigo”. Com esses tipos de relações é possível ver a marca da desigualdade que produz mais desigualdade, tendo em vista que o atendimento a esse pedido pode resultar numa gravidez na adolescência, no acometimento de uma ISTs, no abandono escolar, na violência física, dentre outros.

Ou seja, as questões de gênero causam essa interferência visto que os gêneros são as construções sociais a respeito dos significados de ser homem ou ser mulher. Bittencourt (2014), aponta sobre como desde a descoberta do sexo do bebê já existe um movimento da sociedade que já guiam para as divisões sociais sobre o feminino e o masculino, uma vez que se for descoberto o sexo como masculino há a compra de elementos azuis e se for o sexo feminino a compra é de elementos rosas, além disso ainda há os fatores de educação que interferem também.

Schindhelm e Evangelista (2013) pontuam que na educação as crianças e adolescentes já chegam as escolas com construções históricas e culturais pré-estabelecida, considerando as conversas e o dinamismo das relações dentro do ambiente escolar. Nessa questão é possível relatar, por exemplo, os casos em que a criança cresce num ambiente onde há constantemente a divisão de papéis de gênero, mais num contexto social, onde para a mãe é reservado os afazeres domésticos e para o pai o sustento da casa, embora a atualidade demonstre uma mudança nesse cenário, embora ele ainda marque presença nos discursos.

Essa formação da criança antes de entrar na escola já demonstra alguns papéis sociais construídos que advém de um contexto histórico e social. A sociedade funciona desta maneira, possuindo bases na desigualdade, onde para o homem estar

designado alguns papéis e outros para as mulheres e dessa maneira as crianças são ensinadas. O que pode ser visto a partir dos brinquedos, onde meninas tem a sua disposição fogões, casinhas, bonecas, bebês, dentre outros elementos mais delicados, por outro lado, os meninos tem espadas, carros, armas, super-heróis o que reforça a concepção do homem protetor, violento.

Brêtas et al (2011) pontua a cobrança que existe a respeito da forma como as crianças e os adolescentes experienciam a sexualidade, onde ele relata os resultados da pesquisa que realizou, que fora constatado os pontos relevantes para essa discussão na tabela abaixo:

RESULTADO DA PESQUISA DE BRÊTAS ET AL (2011)

Ato	Meninos	Meninas
Masturbação	53%	12%
Virgindade como fator importante	66%	91%
Não haver idade para o namoro	59%	60%

Tabela 1: Resultado da pesquisa de Brêtas et al (2011). Construção própria inspirado em Brêtas et al (2011)

A partir desta tabela é possível perceber algumas questões no que diz respeito a relação de gênero e sexualidade, ressalto que os dados revelados na pesquisa acima foram realizados por Brêtas et al (2011) onde foram entrevistados 920 adolescentes, na faixa etária de 12 a 19 anos, de três escolas de ensino fundamental e médio na Região de Santo Eduardo, do município de Embu. Para formar essa tabela utilizamos apenas duas informações, mas o resto das informações podem ser encontradas no texto cujo o meio está nas referências.

Com base nessa tabela é possível depreender da realidade que a masturbação, por exemplo, é uma das formas de experienciar a sexualidade e ela é mais comum entre os meninos do que as meninas. Historicamente, as meninas foram ensinadas a serem mais recatadas, a questão do pudor, por exemplo, onde no passado se uma mulher não fosse mais virgem ela não era bem vista na sociedade, por outro lado, essa questão não influenciava na vida no homem, porque a vivencia da sexualidade era uma prova da masculinidade. Com base nisso, percebe-se ainda nos dias de hoje,

mesmo com as mudanças sociais, econômicas e políticas, que essas formas de ser ainda geram influência sobre as crianças e adolescentes.

Outro fato que comprova essa discussão é o resultado do quadro a respeito da virgindade ser maior entre as meninas do que os meninos. Nos tempos atuais, esse resultado pode não ser o mesmo no que diz respeito a tempo, espaço e lugares. Uma vez que, Sanderson (2005) relata que a sexualidade esta entrelaçada com os valores sociais e da família. Por outro lado, Santos (2017) pontua sobre o gênero ser repassado a partir dos processos de socialização. Considerando uma junção na opinião dos autores é possível perceber que a forma como a concepção de virgindade é perpetuada depende desse âmbito familiar que pode ser um ambiente conservador ou liberal, desencadeando na ideia de que os valores desse âmbito familiar são repassados as crianças e adolescentes gerando a reprodução dessa ideia.

A referência à família é uma das perspectivas relevantes para ser trabalhado na relação gênero e sexualidade, no sentido da violência sexual, isto é, a vulnerabilidade. De acordo com Trajano et al (2021), no ano de 2020, as autoras realizaram uma pesquisa no IML⁸ de uma capital do Nordeste que apontou para um aumento da violência sexual intrafamiliar entre crianças e adolescentes de 0 a 18 anos. Desta forma, é relevante pontuar duas situações: a forma como as questões de gênero interfere na sexualidade e os motivos pelos quais a sexualidade precisa ser discutida fora do âmbito familiar também.

Na primeira situação, Sanderson (2005) discorre que tanto os meninos como as meninas sofrem ASC. Os meninos não tendem a expor tanto essas situações por contextos culturais, onde o homem deve ser mais forte e perder a virgindade. Por outro lado, a menina deve ser recatada então não deve perde-la, sendo assim, quando ocorre a violência é desencadeado conflitos a vista de que a família que ensina o silêncio é a mesma que possibilita ou é o motivo para ele ser quebrado.

Com base nisso, adentra a próxima questão, porque a sexualidade não pode ser abordada somente em casa e o gênero também. Como foi visto, as questões de gênero influenciam na forma como a sexualidade é experimentada, além de como pode proteger a criança e o adolescente da violência sexual. Diante desse contexto é

⁸ Instituto Médico Legal

necessário dentro do Serviço Social olhar para tais questões, considerando que não é apenas desigualdades, mas contradições dentro da instituição familiar que deixa a criança e o adolescente em situações de risco.

Por fim, é necessário abordar uma situação pertinente na sociedade que muitas das vezes é olhada sob a perspectiva da desigualdade de gênero e social, a qual não exclui. A gravidez da adolescência pode prover desses aspectos, como foi apresentado. Cabral e Brandão (2020) debatem acerca da necessidade de em políticas de prevenção à gravidez na adolescência não existir um discurso de abstinência sexual, mas sim um debate sobre a experiência da sexualidade de forma segura e consciente. Tendo em vista que uma das situações pontuadas pelas autoras são as violências de gênero vivenciadas pelos adolescentes através de ameaças que terminam numa relação sexual não consentida de maneira livre. Essa situação demonstra que a gravidez na adolescência não é uma questão apenas de políticas de prevenção, mas tem o reflexo de uma desigualdade histórica que permeia entre as fases da infância e adolescência: desigualdade de gênero.

Carvalho et al (2012) discorrem a respeito de uma outra face da gravidez na adolescência: o planejamento. Na pesquisa delas foi revelado que algumas adolescentes tinham essa gravidez no momento da adolescência como um evento planejado e ao olhar para essas questões, é necessário recorrer a um dos princípios fundamentais do Serviço Social, a liberdade. A vista de que, na pesquisa realizada foi descrito pelas participantes a gravidez na adolescência como um planejamento de vida. Essa perspectiva pode desencadear em duas situações: na liberdade que a mulher tem sob seu corpo, isto é, um direito que foi garantido a partir de movimentos sociais feministas onde as mulheres puderam decidir não só na possibilidade de dizer não, como também, dizer sim. Desta forma, essa situação tem esse aspecto.

Por outro lado, existe a concepção dos modos de vida que possibilitam essas questões. Olivar (2016) discute a respeito da divergência entre as classes sociais quando diz respeito as decisões sobre o futuro, onde uma mãe de classe mais avantajada desejava que a filha estudasse e se formasse e uma mãe de periferia desejava que o destino reservasse para a filha um relacionamento com o traficante da área. Com base nisso, percebe-se a interferência das classes sociais e como elas estão se reproduzindo, no caso da gravidez na adolescência pode ser que esses

aspectos sociais e contraditórios os quais elas estejam continuamente em contato interfiram nessa decisão, considerando ainda que essa sociedade está reproduzindo o modo de ser e romper com essa estrutura gera muita dificuldade. Desta forma, as classes sociais interferem também na reprodução das questões de gênero.

Posto isso, ressalta-se que a discussão feita até aqui teve como objetivo aproximar o leitor da temática. No próximo capítulo será apresentado os resultados da pesquisa bibliográfica, orientado pela Prof^a. Dr^a Cristiane Bonfim, que teve como objetivo analisar as produções científicas a respeito de gênero, sexualidade, criança e adolescente.

CAPÍTULO III

CRIANÇA, ADOLESCENTE, GÊNERO E SEXUALIDADE

Este capítulo visa apresentar os resultados obtidos a partir de uma pesquisa bibliográfica a respeito de gênero, sexualidade, criança e adolescente. Esta temática é um tanto necessária para os tempos atuais, onde as crianças estão cada vez mais negligenciadas nos seus direitos.

Desta forma, o estudo propôs um olhar para quatro áreas, sendo Serviço Social, Psicologia, Educação e Ciências da Religião e Teologia, e buscou apontar as concepções e tendências das produções. Com base nisso, percebeu-se a variedade de concepções em cima das categorias sexualidade e gênero quando relacionadas com crianças e adolescentes. Essa variedade emerge da forma como os autores destacam esses temas.

3.1 MAPEAMENTO DAS PRODUÇÕES QUE DISCUTIRAM GÊNERO, SEXUALIDADE, INFÂNCIA: APONTAMENTOS GERAIS

Este tópico visa apresentar os resultados da pesquisa de PIBIC, mas antes de adentrar este campo relembra-se que até o momento foi discutido que a infância perpassou um longo momento até alcançar um estado de direito e de cidadania, o passado da criança era de sofrimento, negligência de direitos e no meio de uma sociedade contraditória que visava apenas o lucro. Quando olhamos para as questões de gênero, entende-se que a sociedade foi formulando as formas de ser menino e de ser menina e as crianças e adolescentes já foram sendo inseridos nesse padrão social.

Essa situação desencadeia nas formas como a criança experiencia a sua sexualidade, se relaciona e até como podem ser protegidas de violências sexuais. De maneira resumida foram esses pontos repassados ao longo da discussão. Neste tópico o objetivo é olhar para esse campo que é a produção científica, entender o que os autores discutem a respeito do gênero, sexualidade, infância e adolescência. Além disso, a presença desse debate no meio científico revela um avanço significativo, considerando que no capítulo 1 foi observado que a criança e o adolescente não

detinham de espaço dentro da sociedade, mas a modernidade, as lutas sociais permitiram um espaço nas produções científicas.

Posto isso, na tabela abaixo é possível constatar a informação a respeito dos periódicos que foram analisados, ressalta-se que inicialmente foi coletado o número bruto de periódicos disponíveis na Plataforma Sucupira, para posteriormente separar aqueles que estavam na língua portuguesa ou que tinham publicações na língua portuguesa, além de estarem presentes no Portal de Periódicos da Capes. Segue a tabela abaixo:

Identificação dos periódicos antes e pós filtro

Área	Periódico pré-filtro	Periódico pós-filtro
Serviço Social	231	154
Ciência da Religião e Teologia	153	86
Psicologia	1364	231
Educação	1263	424

Tabela 2: Elaboração própria e fontes disponíveis na Plataforma Sucupira. Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf>>

Esta tabela foi o primeiro passo para a concretização do objetivo 1 *Mapear as produções sobre gênero e sexualidade de crianças e adolescentes em periódicos científicos*. Inicialmente, percebe-se que a porcentagem de periódicos analisados após a aplicação dos filtros, a qual cito: apenas aqueles em português e que o link de acesso ao periódico constava no Portal da Capes. Após essa aplicação restou apenas a análise de 66,6% de Serviço Social; 56,2% de Ciência da Religião e Teologia; 16,9% de Psicologia e 33,5% da Educação.

Posto isso, constata-se que a área da psicologia e da educação foram as que obtiveram maior redução enquanto as áreas de Serviço Social e Ciência da Religião e Teologia se mantiveram na média. Além disso, tendo em vista a redução significativa após o filtro entende-se que essa sugere que pode existir maior quantidade de periódicos em outras línguas além do português ou que precisam ser inseridos no Portal da Capes. Outrora, sabe-se que a pesquisa científica é dotada de limitações, mas neste trabalho foi utilizado com base nesses dados.

O gráfico abaixo fornece a informação em cima dos artigos retirados dos periódicos vistos na tabela 2, os descritores utilizados foram: *criança, adolescente, gênero, sexualidade, infância*. Visando que pelo menos um dos descritores entre

criança, adolescente e infância estivesse e, pelo menos um também, no caso de *gênero e sexualidade*. Na quantidade bruta foram recolhidos 241 artigos dessa quantidade de periódicos, a disposição anual deles está exposto no gráfico abaixo:

Artigos Publicados por Ano

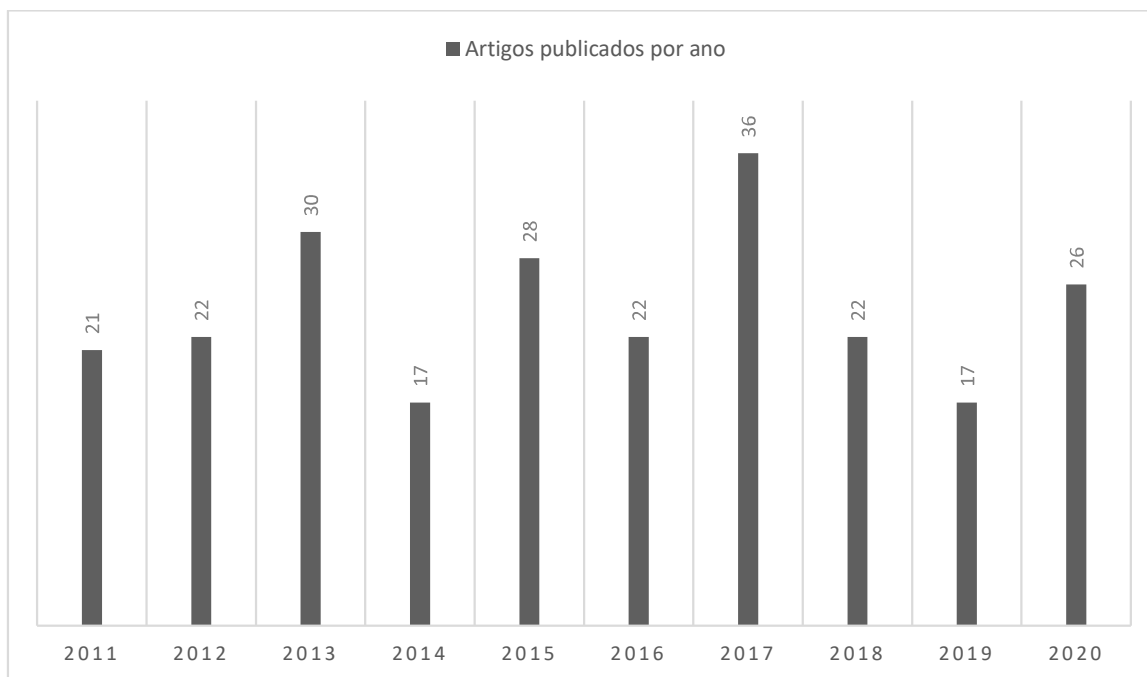


Gráfico 1: Portal de Periódicos da CAPES. Disponível em: < <https://www-periodicos-capes-gov-br.ez1.periodicos.capes.gov.br/index.php?> >

O gráfico 1 aponta para a publicação em periódicos por ano, quando observa-se os resultados é possível notar a oscilação na linha conforme o passar dos anos. Outro fato a ser constatado foi a média que se deu dos artigos publicados, sendo 24 artigos na produção anual. Percebe-se que os anos de 2011, 2012, 2014, 2016, 2018 e 2019 tiveram uma produção abaixo da média. Enquanto o ano de 2017 centrou na maior quantidade de produções durante o período analisado.

Outro fato, a respeito das produções é que se pode dizer que a quantidade de produções tem um número significativo, por outro lado, pode ser melhor. Entende-se que por ser um tema que ainda está envolto de muito preconceito, como foi visto ao longo da discussão teórica, é de entendimento que a percepção sobre esse debate esteja em crescimento.

No gráfico abaixo está representado esses artigos, mas por ano, pontua-se que a base retirada foram os periódicos, considerando que está é uma pesquisa mais

ampla, desta forma, o que se entende do próximo gráfico é que ele representa que dos artigos publicados em periódicos, a maior parte dele também possuem Qualis⁹ em Educação, como pode ser visto no quadro abaixo:

Artigos publicados por área do conhecimento

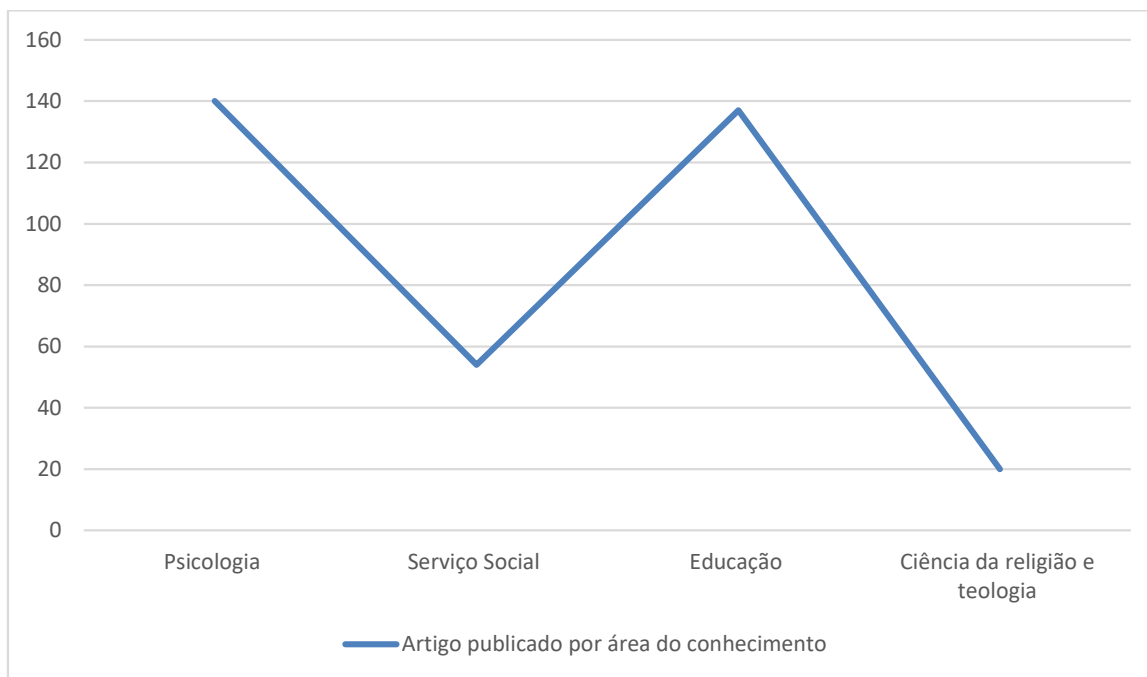


Gráfico 2: Portal de Periódicos da CAPES. Disponível em: < [https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php? >](https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php?)

O gráfico acima representa que dos artigos analisados a maior parte estava concentrada nas áreas de Psicologia (140) e Educação (137), embora o Serviço Social (54) ainda se manteve na média. Essa situação demonstra uma maior necessidade de produções na temática de gênero, sexualidade, criança e adolescente, ainda mais na área de ciência da religião e teologia (20).

Considerando que já foi observado que por área do conhecimento a maior quantidade de publicações estava concentrado nas áreas de Educação e Psicologia. O que demonstra que as visões, dessa forma, no artigo são mais tendenciosas a uma visão comportamental e pedagógica. Nos próximos gráficos será analisado a publicação por Qualis.

Artigos Em Periódicos De Serviço Social

⁹ O Qualis é um método de classificação das produções científicas

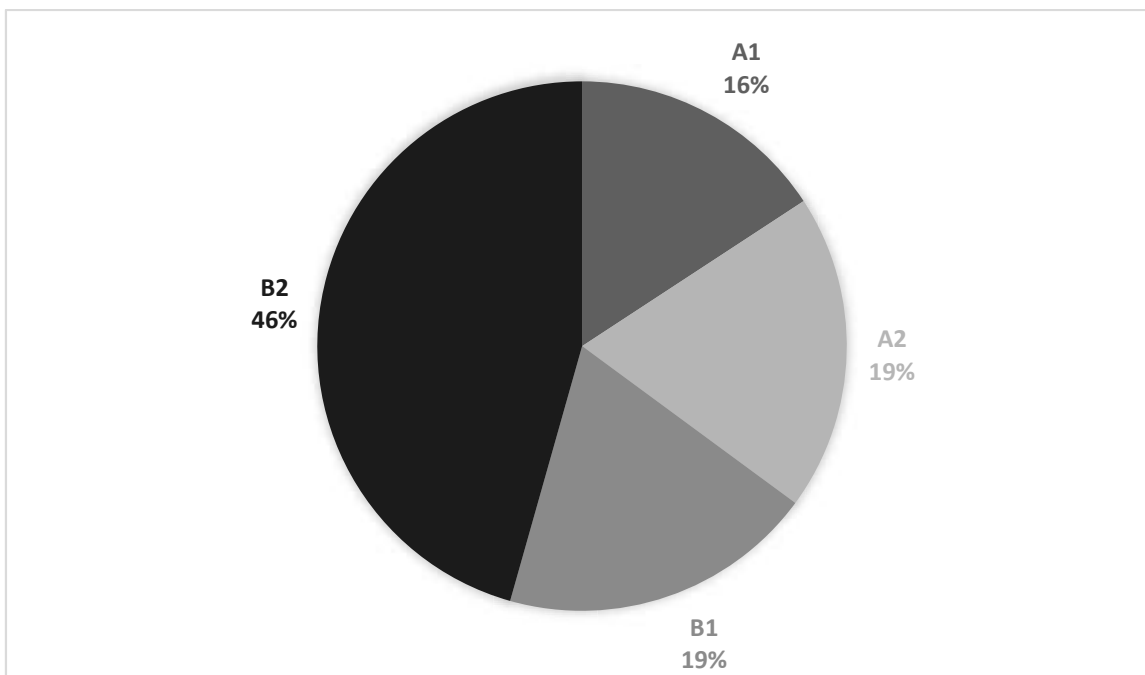


Gráfico 3: Portal de Periódicos da CAPES. Disponível em: < <https://www-periodicos-capes-gov-br.ez1.periodicos.capes.gov.br/index.php?> >

O gráfico 3 representa a publicação por Qualis na área do Serviço Social, ao todo na área do Serviço Social foram contados 54 artigos que possuíam publicação em periódicos com Qualis em Serviço Social. A partir dele, percebe-se que em questão de Qualis, as produções estão concentradas na área B2. Enquanto, nos Qualis A2 e B1, houve um empate no que diz respeito a porcentagem. As produções em Qualis A1 ainda precisam conquistar maiores espaços. Considerando que a área A1 e A2 são classificados como periódicos de excelência e em que há maior concorrência.

Posto isso, percebe-se que na área do Serviço Social ainda carece de espaço as produções em Qualis A1, ressalta-se que este olhar é no ponto de vista dos periódicos. Com base nisso, é necessário que haja maior quantidade de publicações e um maior posicionamento do Serviço Social nas produções sobre gênero, sexualidade, crianças e adolescentes.

O próximo gráfico irá explorar os periódicos das Ciências da Religião e Teologia que conteve ao todo 20 artigos com Qualis a ser analisado. Eles estão dispostos no quadro abaixo por Qualis:

Artigos em Periódicos da Ciência da Religião e Teologia

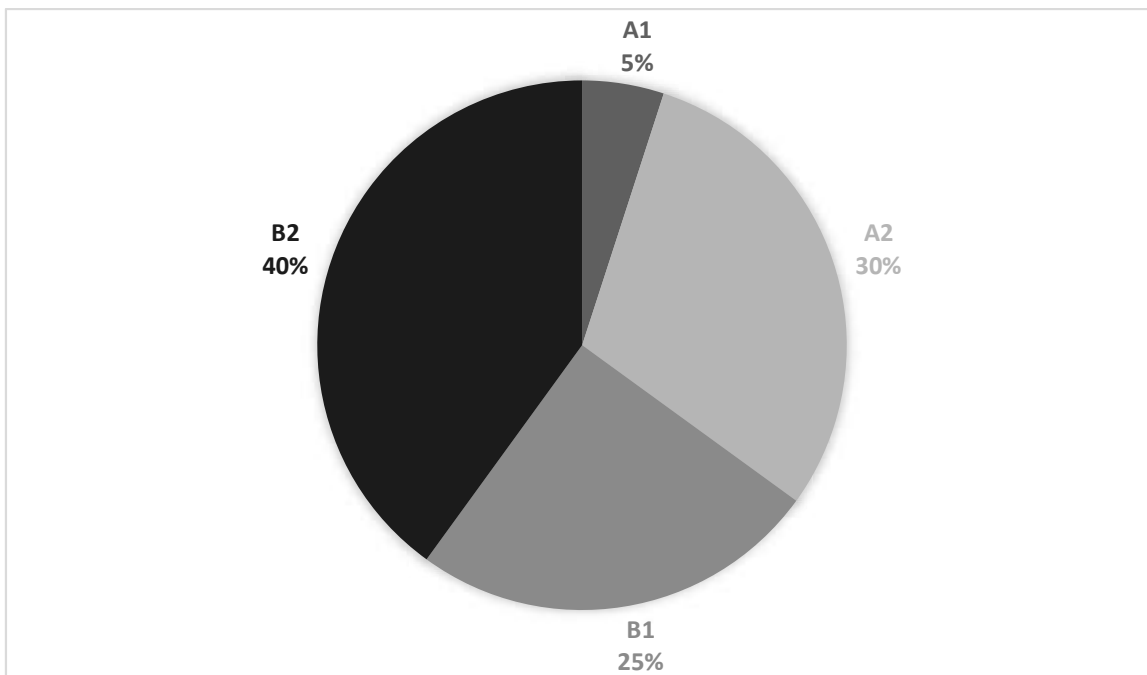


Gráfico 4: Portal de Periódicos da CAPES. Disponível em: < <https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php?> >

A partir da análise do gráfico 4 percebe-se que o Qualis onde mais há publicação é o B2. Posteriormente, A2 e B1 que, por fim, com um quantitativo mínimo, o A1. Em cima disso, entende-se duas questões: Ciência da Religião e Teologia não publica de maneira significativa a respeito desse tema e as que são publicadas são em revistas de Qualis na área de Ciências da Religião e Teologia em menor significância.

O próximo gráfico irá explorar a área da Psicologia que contou com 140 artigos. A divisão destes no que diz respeito ao Qualis está exposto no gráfico abaixo:

Artigos em Periódicos de Psicologia

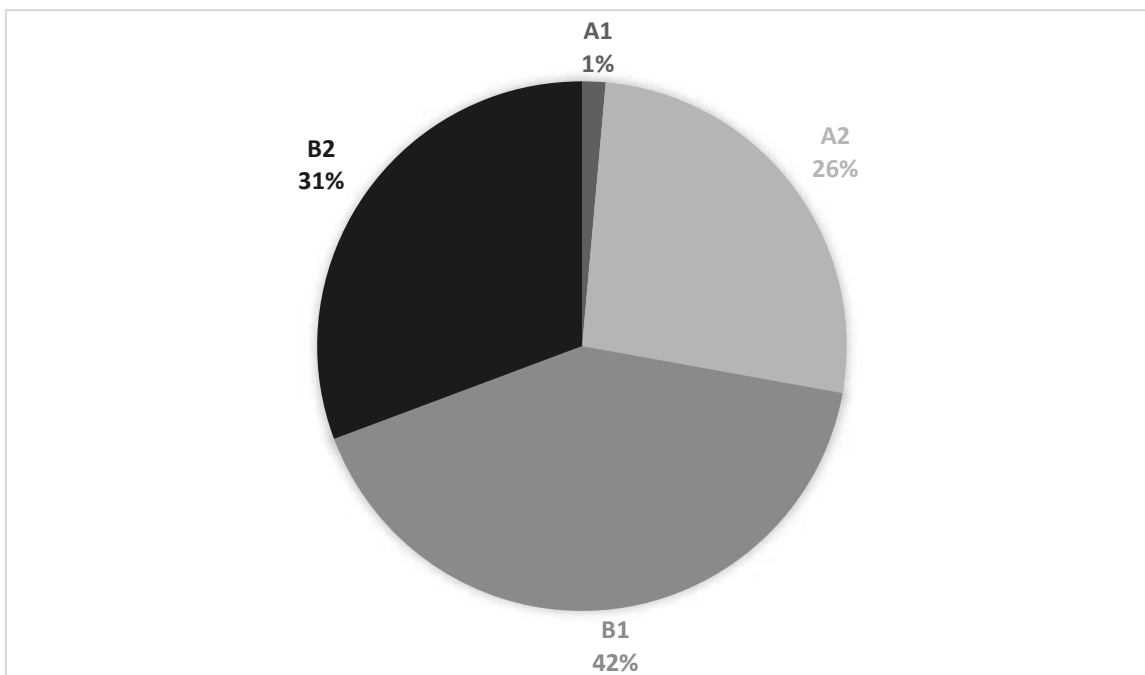


Gráfico 5: Portal de Periódicos da CAPES. Disponível em: < [https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php? >](https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php?)

A respeito da produção em psicologia, constatou-se a maior parte dos artigos estão publicados em revistas do Qualis B1. Entretanto, as publicações B2 E A2 também demonstraram ser significativa. Por outro lado, quase não houve publicações em revistas do Qualis A1. Desta forma, é possível depreender da análise das produções em psicologia que a maior parte dos artigos possuem Qualis em psicologia e que a produção está em sua grande maioria bem dividida, por mais que a maior parte esteja centrada na B1.

O gráfico abaixo está representando os artigos em periódicos de educação que ao todo somam 137 artigos. De início, percebe-se que eles ficaram muito similar aos artigos em psicologia. Essa informação indica uma visão maior da psicologia e da educação, com base na contagem dos artigos a respeito das produções. Além do mais, no gráfico abaixo os 137 artigos estão divididos com base no Qualis:

Artigos Em Periódicos De Educação

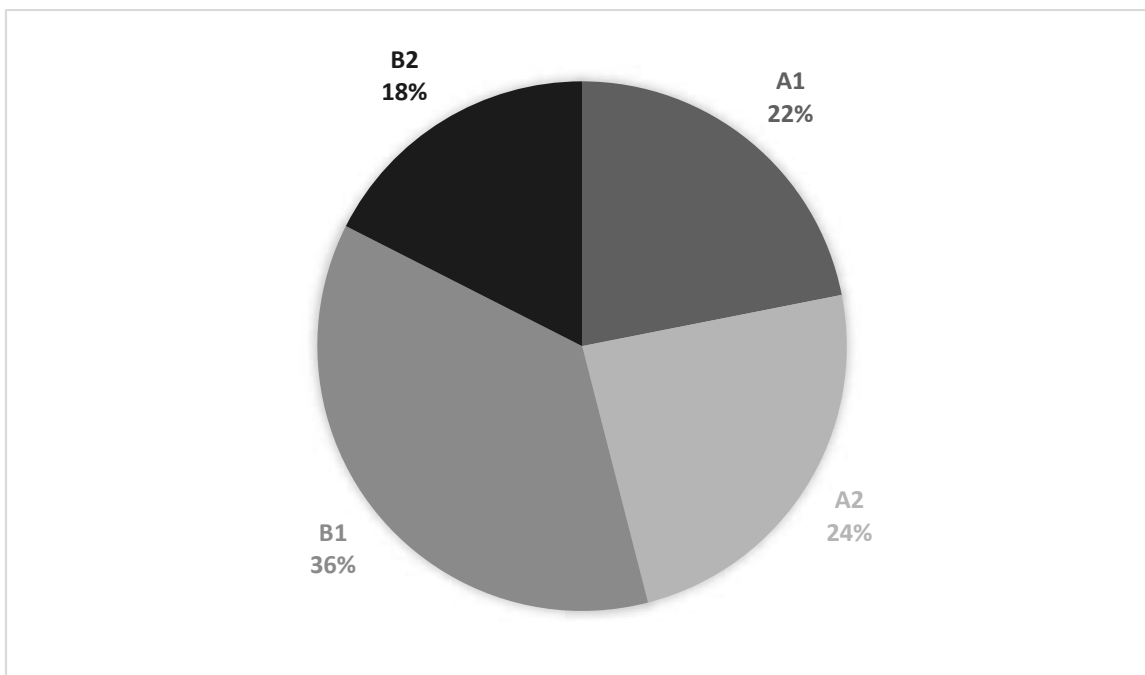


Gráfico 6: Portal de Periódicos da CAPES. Disponível em: < [https://www-periodicos-capes-gov-br.ez1.periodicos.capes.gov.br/index.php? >](https://www-periodicos-capes-gov-br.ez1.periodicos.capes.gov.br/index.php?)

No geral, no quadro de artigos em periódicos da Educação, percebemos que a produção foi boa, além de que é possível perceber no gráfico que o gráfico está de certa forma bem equilibrado no que diz respeito as produções. Pontua-se que a maior quantidade de produções se deu em periódicos de Qualis B1 e a menor produção em periódicos de Qualis B2, sendo que os periódicos de Qualis A1 e A2 se mantiveram similar. Até aqui foi possível perceber que as produções publicaram em periódicos de grande parte B1 e B2. Para ter maior certeza o quadro abaixo foi elencado para retirar a dúvida de qual Qualis esteve mais marcante. Esse quadro tem como objetivo olhar de uma maneira geral, não separada.

Artigos por Qualis

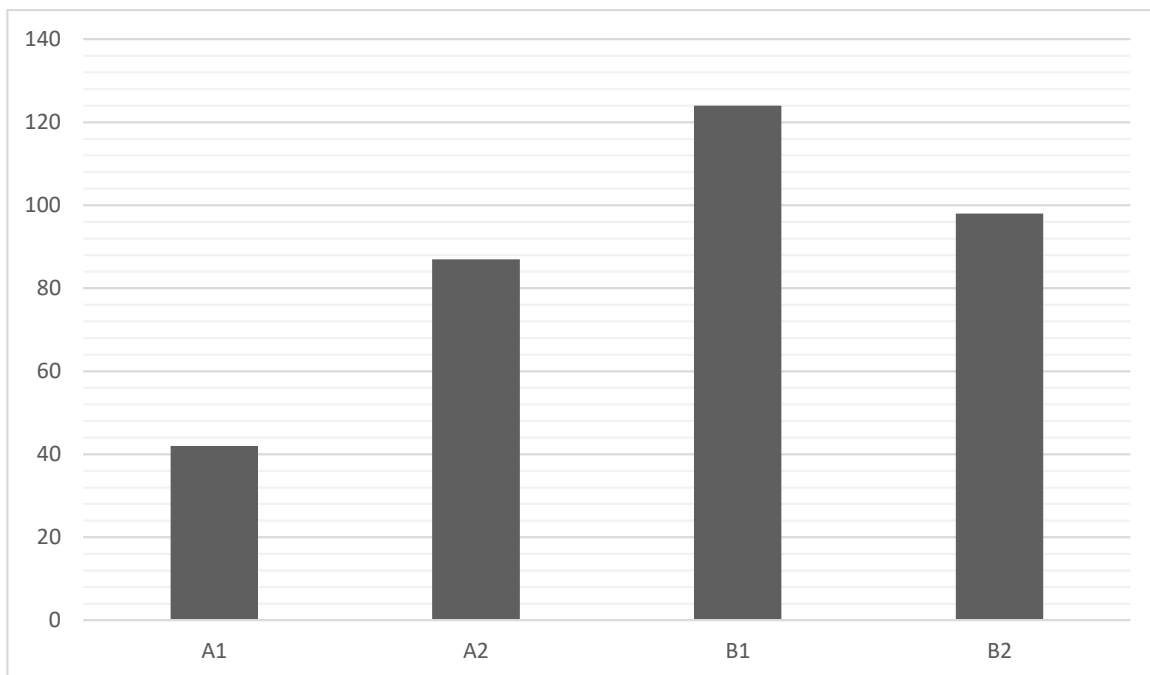


Gráfico 7: Artigos por Qualis. Construção própria.

A partir do gráfico acima percebe-se que de uma maneira geral os artigos foram publicados em sua grande maioria em revistas de Qualis B1. Esse é um quantitativo bom, considerando que são elementos positivos. Entretanto, outro fato que foi possível observar é que a menor quantidade esteve centrada em periódicos de Qualis A1. Dessa maneira, percebe-se que há uma centralidade das produções em periódicos de Qualis B1 e B2 para abordar a respeito do tema sexualidade, gênero, criança e adolescente.

Com esse trabalho, foi possível realizar o mapeamento das produções, o que possibilitou o alcance do objetivo específico 1. Os resultados do objetivo específico 2 e 3 estarão representados no próximo tópico, dado a limitação do tempo e a quantidade de artigos descobertos. Essa pesquisa visou por amostra aleatória o qual será discutido a seguir.

3.2 CONCEPÇÕES E TENDÊNCIAS SOBRE SEXUALIDADE E GÊNERO NAS PRODUÇÕES

Neste tópico, os dados são referentes ao objetivo específico 2 *apontar as concepções dos autores, destacando divergências e convergências* e ao objetivo específico 3 *apontar as tendências da produção sobre gênero e sexualidade de crianças e adolescentes*. A análise foi de 8% dos artigos coletados, sendo em números reais, aproximadamente, 20 artigos coletados, por meio de amostra probabilística e a opção foi intencional, considerando o tempo para a realização da análise e o objetivo com a qualidade. O quadro abaixo mostra uma lista dos textos que foram analisados assim como os autores, considerando que essa amostra é probabilística.

Identificação dos artigos por autor e ano

Texto	Autor	Periódico	Ano de publicação
Direitos sexuais e reprodutivos de adolescentes: conquistas e lacunas assistenciais na política de saúde	Maristela Costa de Oliveira	Revista de Políticas Públicas	2011
Infância e diversidade: significações de gênero no brincar de crianças em uma brinquedoteca	Beatriz Belluzzo Brando Cunha et al	Revista NUPEM	2011
Convenções de gênero e sexualidade na vulnerabilidade às DSTs/AIDS de adolescentes femininas	Stella R. Taquette e Zilah Vieira Meirelles	Adolescência e Saúde	2012
Direitos Sexuais de Crianças e Adolescentes: Avanços e Entraves	Cíntia de Sousa Carvalho et al	Psicologia Clínica	2012
A Sexualidade Adolescente a partir de Percepções de Formuladores de Políticas Públicas: Refletindo o Ideário dos Adolescentes Sujeitos de Direitos	Vanessa Leite	Psicologia Clínica	2012
Diferenças de gênero na preferência de pares e brincadeiras de crianças	Aline Beckmann de Castro Menezes e Regina Célia Sousa Brito	Psicologia: reflexão e crítica	2013
O que resta da sexualidade infantil?	Eric Bidaud	Estilos Clínicos	2013
Espaço escolar e discriminação: significados de gênero e raça entre crianças	Tânia Mara Cruz	Educação em revista	2014
Perspectivas Parentais sobre a Sexualidade de Crianças Atendidas em Clínica-Escola de Psicologia	Lizele Quédina Pereira da Silva et al	Psicologia argumento	2015

"Super-Meninas em: o poder do rosa!?!” Por uma compreensão das feminilidades infantis a partir dos estudos de mídia, gênero e infância	Juliane Di Paula Queiroz Odino	Perspectiva	2015
Adolescentes autores de abuso sexual: atitudes e comportamentos face à sexualidade	Monique Tardif et al	Adolescência saúde	2015
Sexualidade, Gênero e Aprendizagens Narrativas no Currículo Escolar da Infância	Virginia Georg Schindhelm e Dayse Martins Hora	Revista Educação em Questão	2015
Conceitos, comportamentos e educação em sexualidade: a formação das condutas sexuais de adolescentes em conflito com a lei	Silvia Piedade de Moraes e José Roberto da Silva Brêtas	Adolescência saúde	2016
Relações entre violência escolar, gênero e estresse em pré-adolescentes	Marília Mendes Moreira de Sousa e Ana Carina Stelko-Pereira	Revista Eletrônica de Educação	2016
O Brincar na Educação Infantil: Aspectos de uma Educação do Corpo e de Gênero	Rosana Mancini Vieira e Helena Altmann	Pensar a Prática	2016
Gênero, sexualidade e violência: percepção de adolescentes mobilizadas em um jogo online	Rosa Maria Godoy Serpa da Fonseca et al	Revista Brasileira de Enfermagem	2017
Adolescentes que vivem com HIV/aids: experiências de sexualidade	Graciela Dutra Sehnem et al	Revista Gaúcha de Enfermagem	2018
Gênero e diversidade sexual: homofobia no contexto escolar	Mareli Eliane Graupe e Cleci Terezinha Lima de Lins	Educação	2018
Questões de gênero e sexualidade na escola: narrativas docentes	Jacqueline de Fatima dos Santos Morais et al	Revista Tempos e Espaços em Educação	2020
Imagem corporal e sexualidade na infância: uma abordagem qualitativa	Letícia Maria Cunha Cruz et al	Pensar a prática	2020

Quadro 8: Textos, Autores e Ano de Publicação dos Artigos Analisados. Construção própria

Este quadro demonstra os artigos que foram analisados para que pudesse ser elaborado o quadro de sexualidade e gênero que trouxesse as concepções nas produções científicas. Percebe-se que nas publicações nos anos de 2011 e 2012, os títulos apresentam as perspectivas no âmbito do direito, políticas e do brincar. Os anos de 2013 e 2014, apontam mais para o âmbito escolar. Os anos 2015 e 2016, vem sob uma perspectiva pedagógica e psicológica no estudo do comportamento. Os anos 2017 e 2018, apresenta uma perspectiva da saúde e no âmbito escolar. O ano de 2020 revela um olhar mais sob a visão escolar.

Desta forma, de maneira limitada, entende-se que o debate em torno do gênero, sexualidade, criança e adolescente tem ganhado espaço não só dentro das políticas públicas, assim como, principalmente, no âmbito escolar e nas ciências do comportamento. A partir da análise, percebe-se uma carência desse debate nas ciências sociais em busca de compreender as relações de poder existentes, os fatores históricos que decaem nos preconceitos em torno do tema. Visto isso, pode-se questionar que mesmo diante dessas limitações o que está sendo discutido desde o ano de 2011 até o ano de 2020 a respeito do tema desta pesquisa. O que pode ser visto a respeito da sexualidade e do gênero está disposto ao longo deste tópico, primeiramente, nos quadros que trazem palavras-chave que surgiram a respeito das concepções.

O primeiro debate diz respeito as concepções acerca da sexualidade. Sabe-se que ao longo do referencial teórico já houve uma discussão prévia sobre o tema, entretanto o foco aqui é entender esse tema sob a luz dos periódicos analisados. O quadro abaixo dispõe do quadro com doze palavras-chave encontradas após a análise dos periódicos que estão expostas abaixo:

CONCEPÇÕES DE SEXUALIDADE

Sexualidade		
Direito	Brincadeira	Afetividade
Liberdade	Autonomia	Prazer
Valores culturais	Educação	Construção social
Subjetividade	Raça	Gênero

Quadro 9: Concepções de sexualidade nos periódicos analisados. Construção própria.

O quadro 9 revela as concepções a respeito da sexualidade. De uma maneira geral, percebe-se que a sexualidade é muita das vezes, associada a direitos, brincadeiras, afetividade, liberdade, autonomia, prazer, valores culturais, educação, construções sociais, subjetividade, raça e gênero. Desta forma, entende-se a multiplicidade de conceitos que estão em torno das concepções da sexualidade, esse ponto depende do fato de que ainda é complicado entender a sexualidade, suas manifestações e contradições.

No entanto, a pesquisa apontou que a sexualidade infantil é subjetiva (CARVALHO et al, 2012; BIDAUD, 2013; SILVA et al, 2015; TARDIF et al, 2015; FREITAS et al, 2020; SCHINDHELM et al, 2015; MORAES; BRÊTAS, 2016; GRAUPE; LINS, 2016). O interessante é que os autores que trouxeram essa concepção têm em seus títulos associações à direitos, construção social do ser, abusadores adolescentes e ambientes escolares. Desta forma, compreende-se que a tendência na concepção da sexualidade está centrada na sexualidade como um aspecto subjetivo do indivíduo, vulnerável a contextos sociais, valores, culturas, entretanto, na pesquisa foi revelado que a sexualidade também está associada a prazer, experiências, conhecimento.

Outra concepção que surgiu foi a relação dela com o prazer (Sehnm et al, 2017; Silva et al, 2015). Essa concepção é entendida de maneira clara, uma vez que a sexualidade faz parte do desenvolvimento humano (SANDERSON, 2005). Silva (2015) desenvolve a ideia da sexualidade infantil como um elemento do desenvolvimento humano de maneira diferente, ela diz que a sexualidade infantil está presente no toque, no amamentar. Todavia, podemos perceber que a sexualidade está presente na infância e, de acordo com os estudos feitos, demonstra articulação com o toque, a maneira de ser cuidado. Além disso, entender a sexualidade como o prazer é um avanço dentro de uma sociedade que parte do princípio do controle dos corpos, do prazer, principalmente, no lado das mulheres.

Tardif et al (2015) apresenta o lado da sexualidade que está relacionado com a violência, mais especificamente a violência sexual. A concepção é que muitas das vezes esse contato com a própria sexualidade é por meio de um ASC que não se restringe a penetração. Essa questão é uma expressão de uma sociedade desigual que não compreende o espaço e tempo da criança, dado a relação desigual entende-se que existe uma superioridade o que muitas vezes decai no sofrimento de crianças e adolescentes.

A sexualidade infantil se concentra no discurso a respeito da subjetividade. Ela está a mercê de diversos fatores como foi apontando na pesquisa, como o ambiente, os processos de socialização nas instituições, como Escola, Família, além das interações sociais e ainda é vista como um elemento do desenvolvimento humano que é afetado na redução da ansiedade, nos casos dos abusadores sexuais de crianças

(SILVA ET AL, 2015; TARDIF ET AL, 2015). A partir disso, percebe-se que a sexualidade infantil é um elemento que possui uma multiplicidade de formas. Entretanto, por esse motivo, ainda há a questão do controle como foi posto por Xavier Filha (2014), que a sexualidade infantil é algo desconhecido pelos mais velhos que muitas das vezes tentam controlar as expressões da sexualidade. Todavia, essa questão só demonstra que essa está sob a vigilância dos mais velhos que muitas das vezes impedem a liberdade de crianças e adolescentes, como foi ao longo da história.

Segundo Bidaud (2013) a sexualidade infantil faz parte dessa continuidade histórica, visto que existe uma visão da criança como um ser puro, assexuado, ainda mais, essa visão exclui que a sexualidade faz parte da vida da criança. Por isso, podemos concluir que os autores apontam que a sexualidade não é apenas processos biológicos, embora ela seja um elemento do desenvolvimento; mas também está vulnerável a processos sociais e construções históricas. De acordo com Freitas et al (2020), a sexualidade é produto da atividade humana. Sendo assim, os autores entendem que a sexualidade não é só passiva de processos biológicos, mas também de um processo social no qual a sociedade em sua construção está projetando continuamente.

Outro ponto abordado pelos autores, foi a sexualidade infantil enquanto o direito sexual, visto como o direito à informação sobre formas de prevenção de gravidez e ISTs, além da educação sexual. Esse direito, está inserido no campo dos direitos humanos (OLIVEIRA, 2011; LEITE, 2012). Entretanto, os autores divergiram em dois pontos ao abordar a sexualidade infantil como um direito. Oliveira (2011), aponta que a sexualidade infantil falha como um direito sexual porque não há políticas públicas que efetivam esse direito oferecendo informações. Por outro lado, segundo Leite (2012), a falha na oferta do direito está na ideia de que os adolescentes são seres assexuados e só restringem a oferta de informações acerca dos temas gravidez e ISTs. Desta forma, entende-se que de um lado a informação está sendo dada, mas de outro só a respeito daquilo que tem que ser dado. O que acentua a ideia de que a sexualidade infantil está cada mais sob o controle de uma sociedade que impõe a forma como a criança e/ou adolescente deve viver essa fase de sua vida.

A sexualidade está articulada, não só com categorias como prazer, autonomia, liberdade, como diz Carvalho et al (2012). Todavia, é construída pelo sujeito refletindo

os valores, cultura, costumes, experiências e contextos no qual o sujeito está inserido, segundo Schindhelm (2015). Por esse motivo, a sexualidade infantil pode ser expressa em diversos ambientes, por exemplo, na maneira que se educa, nos processos de socialização e, de acordo com Cunha et al (2011), é expressa no brincar. Essa ideia reflete o que estava sendo apontando, a sexualidade possui uma multiplicidade de fatores que nela interferem, além de como ela é expressa. Desta forma, é possível entender que a sexualidade infantil não está presa a um determinado tempo ou história, mas que formas de conhecer são encontradas.

Outro ponto abordado é que a sexualidade infantil se expressa no brincar, além de sofrer intervenções de uma sociedade heterossexual, segundo Cunha et al (2011). Esse fator aponta para as formas, como a sociedade tenta controlar os corpos e formas de agir da pessoa. Essa ideia parte do princípio de que, na análise foi possível perceber que o mais tendencioso foi a concepção da sexualidade infantil enquanto um elemento da subjetividade, dos valores culturais, históricos, sociais.

Por fim, outro ponto que Taquete e Meireles (2012) e Fonseca et al (2017) é a relação entre sexualidade e gênero. Segundo Taquete e Meireles (2012), gênero e sexualidade não são apenas categorias que sofrem influência uma da outra, mas são elementos interligados. Esses dados refletem que o gênero vem determinar a maneira de se expressar da sexualidade, mesmo a sexualidade sendo uma categoria apoiada nos princípios do prazer, a maneira de experimentar esse prazer é o que sofre a influência. Visto que, de acordo com Fonseca et al (2017), as diferentes concepções de masculino e feminino permeiam a construção da sexualidade. Partindo da tendência apresentada, sexualidade como um aspecto da subjetividade, valores culturais, históricos. Ainda assim, é um elemento relacionado com as questões de gênero.

O quadro abaixo dispõe a respeito das concepções de gênero nas produções analisadas. Percebe-se, a partir do tópico anterior, que já existe uma discussão da associação de gênero e sexualidade, dentro do discurso da sexualidade. Desta forma, entende-se que essas são categorias que se associam. No quadro abaixo está disposto as concepções a respeito de gênero dentro das produções analisadas, elas estão em formato de palavras-chave que são encontradas. Com isso, pode-se observar as concepções:

CONCEPÇÕES DE GÊNERO

Gênero	
Significados corporais	Valores
Diferença biológica	Culturas
Conduta social	Contexto históricos
Separação	Violência

Quadro 10: Concepções de gênero nas produções analisadas. Construção própria.

No quadro 10 é possível observar uma multiplicidade de concepções a respeito do gênero. Dentro disso, o que demonstrou ser uma tendência nas produções a respeito de gênero foi a concepção de gênero enquanto significados atribuídos aos corpos, em cima de uma dimensão biológica e tendo por base valores, culturas, contextos sociais e históricos (CUNHA ET AL, 2011; VIEIRA ET AL, 2016; MENEZES ET AL, 2013; CRUZ, 2014; ODININO, 2015; MORAIS ET AL, 2020; SCHINDHELM ET AL, 2015; CRUZ ET AL, 2020). Entretanto, as demais concepções, de certa forma, complementam a ideia de que o gênero tem esse valor simbólico que possui uma influência cultural, histórica e pessoal.

Por exemplo, na pesquisa foi descoberto que o gênero é entendido como uma maneira de agir, isto é, uma performance criada para embasar a aceitação, como diz Graupe e Lins (2018). Além do mais, alguns autores abordam que o gênero formula essa determinada maneira de agir, descrevendo o certo e o errado para cada sexo (SOUSA; STELKO-PEREIRA, 2016; TARDIF ET AL, 2015; LEITE, 2012; MORAES; BRÊTAS, 2016). Desta forma, entendemos que uma das concepções de gênero é que ele está inserido nas maneiras de se comportar socialmente, isto é, de acordo com características sexuais.

Contudo, os autores estabelecem algumas críticas em cima dos conceitos de gênero. Tal como, Graupe e Lins (2018), que defendem que se o gênero é uma performance, então está sujeito a rupturas e contestações. Complemento com a ideia de Sousa e Stelko-Pereira (2016), onde, uma vez que o gênero é uma maneira de se comportar tendo por parâmetros certos ou errados, então ele está sujeito ao contexto histórico. A partir disso, percebe-se que ambas as críticas se complementam, dado que essas rupturas e contestações podem vir do contexto histórico ao qual os

indivíduos estão inseridos. Além disso, outro ponto que surgiu na análise de dados, é que o “gênero é um elemento determinante da violência que permeia a sexualidade”, segundo Fonseca et al (2017, p. 653). Essa informação decorre a partir da ideia de que os constructos sociais em cima das características sexuais podem por vezes incitar uma relação de desigualdade, o que impede de existir uma relação onde ambos podem dizer o que incomoda ou não. O ponto desafiador desse debate é o que Sehnem et al (2017) acredita, que o engajamento da vida sexual depende das relações de gênero. Todavia, as relações de gênero não justificam a violência dentro de uma relação afetivo-amorosa e em nenhum outro tipo.

Por fim, outra questão coletada a partir da análise de dados, é que gênero e sexualidade são elementos que se interligam, segundo Taquete e Meireles (2012). No decorrer do tratamento de dados concluímos que a tendência é entender a sexualidade é um elemento da subjetividade sujeito a valores sociais, culturais, históricos e passiva da construção humana. Além disso, gênero apontou para uma tendência dos significados que atribuem aos corpos com base nos valores, cultura, contexto histórico. Desta forma, entende-se que o debate acerca de gênero, sexualidade, criança e adolescente estão relacionados sobre a perspectiva de controle sobre as formas de expressar a sexualidade e de ser. Pode-se dizer que essas concepções parte do princípio do conservadorismo ainda impregnado na sociedade a qual existe. Por isso, há uma necessidade de revisar essas concepções e formas de controle que há sobre a criança e o adolescente para que haja um espaço de maior direito e conquistas para eles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho foi possível perceber as vulnerabilidades, limitações de direitos que as crianças e os adolescentes sofreram ao longo de sua construção enquanto sujeitos de direitos, na sua perspectiva histórica, cultural e social. A forma como os adultos entenderam as crianças e os adolescentes na história social da infância influenciou na maneira como lidam com eles até os momentos atuais. Essa situação pode ser entendida pelo fato de que as mesmas contradições, dinâmicas de poder ainda marcam presença na sociedade.

No que diz respeito as construções de gênero e sexualidade na infância, é notório que tais questões estão envoltas de grande preconceito por parte da sociedade, tendo em vista que na concepção dos mesmos é uma situação privativa do adulto, considerando a criança como um ser angelical, que deve ser mantido puro. Entretanto, a sexualidade, ainda assim, é parte da criança e do adolescente e a compreensão da mesma pode prevenir o ASC, além de trabalhar as questões de gênero pode inferir na forma, por exemplo, como a violência permeia nesses casos.

Essas situações demonstram uma parte do que justifica a necessidade de ser estudado a infância, criança, adolescente, sexualidade e gênero. A partir desse ponto de buscar compreender o que está sendo falado nas produções científicas e de como as questões de gênero tem influenciado a sexualidade foi criado este trabalho. Os resultados deste trabalho desencadearam na perspectiva da sexualidade enquanto uma categoria subjetiva passiva de construções sociais, culturais e históricas, embora não omita a questão do prazer, mas frisou-se na sexualidade na infância enquanto conhecimento. O gênero na infância é entendido como as formas de ser menino e ser menina que tem uma base nas visões biológicas.

O entrelace das categorias demonstrou que as questões de gênero influenciam na sexualidade, mais precisamente na forma como ela é experienciada. Por exemplo, as meninas são mais retraídas na experiência da sexualidade pois a sociedade cria a concepção da menina enquanto um ser puro e assexuado. Diferente, os meninos que

são ensinados a ter várias conquistas, ficar com várias meninas e tirar a sua virgindade por ser um exemplo de masculinidade. Essa situação desencadeia até em violência entre adolescentes que provém das questões de gênero. O que resulta na possibilidade que influencia do gênero na sexualidade é significativa.

Com isso, percebe-se que já que existe essa influência é necessária sua superação, tendo em vista que muitas das vezes as crianças e os adolescentes se encontram em estado de vulnerabilidade ao ASC, violência entre os adolescentes, assim como a forma como a sociedade determina como os corpos femininos e masculinos devem ser. Essa percepção se entrelaça na vulnerabilidade a partir do momento em que a sociedade dita que onde os adultos falam as crianças não podem se meter, quando os adultos pedem algo as crianças devem fazer, as meninas tem que ser comportadas e buscar agradar os pais, irmãos, e, por outro lado, os meninos não devem chorar, ser fracos. Assim como, a perda da virgindade é um exemplo da masculinidade. Para conseguir superar esses tabus e conseguir alcançar um estado em que há uma vivência da sexualidade melhor, como também uma prevenção do ASC, o primeiro passo seria falar sobre a sexualidade com crianças e adolescentes, mas de uma maneira saudável.

Desta forma, este trabalho possibilitou a compreensão a respeito do que as produções científicas dizem a respeito de gênero, sexualidade, infância e adolescência. Possibilitou o reconhecimento da quantidade de produções com esse tema, além de reconhecer esse número em cada uma das áreas citadas. Entretanto, nos trabalhos futuros pode ser melhorado o olhar separado sobre cada uma das áreas, principalmente sobre o Serviço Social.

No mais, esta discussão promoveu a reflexão sobre a importância de olhar para a criança e o adolescente, garantir os direitos e recompensar seus tempos de negligência de direitos e da participação na sociedade, isso pode começar garantindo o direito à sexualidade, as possibilidades de tomar suas próprias decisões com segurança.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. **História social da infância e da família**. Tradução: D. Flaksman. Rio de Janeiro: LCT, 1978.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o **Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul.

BARROS, José D'Assunção. A História Social: seus significados e seus caminhos. **LPH – Revista de História da UFOP**, nº 15, 2005. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/321024813_A_Historia_Social_seus_significados_e_seus_caminhos> Acesso em: 28 jul. 2022.

BITTENCOURT, R. M. S. Relações de Gênero e Sexualidade na Infância: A Escola como Espaço de (Des) Construção das Diferenças / Gender and sexuality relations in the childhood: the school like a space of (de)construction of differences. **Roteiro**, [S. l.], p. 145–164, 2014. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/6358>. Acesso em: 23 ago. 2022.

BISPO, Alessandra Barbosa. **A educação da infância pobre em Sergipe: a Cidade de Menores Getúlio Vargas (1942-1974)**. 2007. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2007.

BIDAUD, Eric. O que resta da sexualidade infantil?. **Estilos clin.**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 318-326, ago. 2013. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141571282013000200007&lng=pt&nrm=iso>.

BRÊTAS, J. R. S. et al. Os aspectos da sexualidade nos adolescentes. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, V. 16, nº 7, julho 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-81232011000800021> >

CABRAL, C. S.; BRANDÃO, E. R. Gravidez na adolescência, iniciação sexual e gênero: perspectivas em disputa. **Cadernos de Saúde Pública [online]**. 2020, v. 36, n. 8 [Acessado 31 agosto 2022], e00029420. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00029420>>. Epub 03 Ago 2020. ISSN 1678-4464. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00029420>.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista. In: PRIORE, Mary del (Org.). **História das crianças no Brasil**. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2015.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de ética Profissional do Assistente Social**. Brasília, 1993.

CARVALHO, Cíntia de Sousa, et al. Direitos sexuais de crianças e adolescentes: avanços e entraves. **Psic. Clin.** Rio de Janeiro, V.24, N1, pp 69-88,2012.

CARVALHO, Julia Baerlocher; MELO, Mônica Cristina. A Família e os Papéis de Gênero na Adolescência. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, V. 31, p. (1-15), dez 2019. Disponível em: < https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822019000100238&script=sci_arttext> Acesso em: 15 ago. 2022

CANTINI, A. H. A Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil. **Revista Sociais e Humanas**, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 69–76, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/761>. Acesso em: 11 ago. 2022.

CASTRO, Elisa Guaraná de; MACEDO, Severine Carmem. Estatuto da Criança e Adolescente e Estatuto da Juventude: interfaces, complementariedade, desafios e diferenças. **Revista Direito e Práxis [online]**. 2019, v. 10, n. 2 [Acessado 11 Agosto 2022] , pp. 1214-1238. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2179-8966/2019/40670>>. Epub 27 Jun 2019. ISSN 2179-8966. <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2019/40670>.

CUNHA, B. B. B. et al. Infância e diversidade: significações de gênero no brincar de crianças em uma brinquedoteca. **Revista NUPEM**. Campo Mourão, v.3, n.5, p. 23 – 37, ago./dez.2011

CRUZ, Tânia Mara. Espaço escolar e discriminação: significados de gênero e raça entre crianças. **Educação em Revista [online]**. 2014, v. 30, n. 1, pp. 157-188. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-46982014000100007>>. Epub 16 Abr 2014. ISSN 1982- 6621. <https://doi.org/10.1590/S0102-46982014000100007> .

CRUZ, L. M. C. et al. Imagem corporal e sexualidade na infância: uma abordagem qualitativa. **Pensar a Prática**, [S. l.], v. 23, 2020. DOI: 10.5216/rpp. v23.55769. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/55769>>.

DUARTE, Helena Ferreira; BARBOSA, Lia Pinheiro. A Construção das Concepções de Gênero na Educação Infantil: um estudo a partir do comportamento de crianças em fase pré-escolar. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar** , [S. l.], v. 5, n. 15, 2020. Disponível em: <http://periodicos.apps.uern.br/index.php/RECEI/article/view/1690>. Acesso em: 15 ago. 2022.

FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **História social da infância no Brasil**. 5. ed., rev. e ampl São Paulo: Cortez, 2003. 334 p.

FILHA, Constantina Xavier. Gênero, Corpo e Sexualidade nos Livros para a Infância. **Educar em Revista**. 2014. n.spe-1, pp.153-169. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.36546>> Acesso em: 06 ago. 2022.

FONSECA, R. M. G. S. Et al. Gender, sexuality and violence: perception of mobilized adolescents in an online game. *Rev Bras Enferm [Internet]*. 2018;71(Suppl 1):607-14. [Thematic Issue: Contributions and challenges of nursing practices in collective health] DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2017-0561>

GRAUPE, M. E.; LINS, C. T. L. D. Gênero e diversidade sexual: homofobia no contexto escolar. **Educação, Santa Maria**, v. 43, n. 1, p. 141-156, jan./mar. 2018. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.5902/1984644427530> >

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo. Atlas. 1991

Guedes, M^a Eunice Figueiredo. Gênero, o que é isso?. **Psicologia: Ciência e Profissão [online]**. 1995, v. 15, n. 1-3 [Acessado 31 Agosto 2022] , pp. 4-11. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-98931995000100002>>. Epub 24 Set 2012. ISSN 1982-3703. <https://doi.org/10.1590/S1414-98931995000100002>.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade**: Trabalho e formação profissional. 15^a ed. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez; Lima: Celats, 1982

LAUDARES, Raquel. Com pandemia, denúncias de abuso sexual contra crianças e adolescentes crescem, mas são feitas de forma tardia. **G1 [online]**, São Paulo, 18 de maio. 2021. Globonews. Disponível em: < <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/05/18/com-pandemia-denuncias-de-abuso-sexual-contra-criancas-e-adolescentes-crescem-mas-sao-feitas-de-forma-tardia.ghtml>> Acesso em: 26 Jul. 2022.

LOWENKRON, Laura. Menina ou moça? Menoridade e consentimento sexual. **Desidades**, Rio de Janeiro, v. 10, p. 9-18, abr. 2016. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2318-92822016000100002&lng=pt&nrm=iso>>.

LOUREIRO, Carla Cristiane; MARCHI, Rita de Cássia. Crianças e Mídias Digitais: um diálogo com pesquisadores 1 1 As autoras agradecem à CAPES o financiamento deste artigo através das bolsas de estudo que lhes foram concedidas (bolsa de Doutorado Sandwich- PSDE e bolsa de Pesquisa Pós-Doutoral no Exterior). Além disto, agradecem o financiamento da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e da Universidade Regional de Blumenau - FURB. . **Educação & Realidade [online]**. 2021, v. 46, n. 1 [Acessado 11 Agosto 2022] , e98076. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2175-623698076>>. Epub 12 Abr 2021. ISSN 2175-6236. <https://doi.org/10.1590/2175-623698076>.

LEITE, Vanessa. A sexualidade adolescente a partir de percepções de formuladores de políticas públicas: refletindo o ideário dos adolescentes sujeitos de direitos. **Psicologia Clínica [online]**. 2012, v. 24, n. 1, pp. 89-103. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-56652012000100007>>. Epub 19 Jul 2012. ISSN 1980-5438. <https://doi.org/10.1590/S0103-56652012000100007> .

LIMA, Fernanda da Silva; VERONESE, Josiane Rose Petry. **Os direitos da criança e do adolescente: a necessária efetivação dos direitos fundamentais**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2012.

MARCILIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil. 1726-1950. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **História social da infância no Brasil**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MORAES, SP; BRÊTAS, JRS. Conceitos, comportamentos e educação em sexualidade: a formação das condutas sexuais de adolescentes em conflito com a lei. **Adolesc Saúde**. 2016;13(Supl. 2):18-25. Disponível em: <http://adolescenciaesaude.com/detalhe_artigo.asp?id=580 >

MENEZES, Aline Beckmann de Castro; BRITO, Regina Célia Sousa. Diferenças de gênero na preferência de pares e brincadeiras de crianças. **Psicologia: Reflexão e Crítica [online]**. 2013, v. 26, n. 1, pp. 193-201. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-79722013000100021>>. Epub 16 maio 2013. ISSN 1678-7153. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722013000100021> .

MORAIS, J. DE F. DOS S.; BAIÃO, J. C.; DE FREITAS, C. J. Questões de gênero e sexualidade na escola: narrativas docentes. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 13, n. 32, p. 1-15, 4 mar. 2020

OLIVAR, José Miguel Nieto. "... O Que eu quero para minha filha": Rumos de (In)Definição da Exploração Sexual no Brasil. **Mana [online]**. 2016, vol.22, n.2, p.435-468. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1678-49442016v22n2p435>

ODININO, JDPQ. "Super-Meninas em: o poder do rosa!?" Por uma compreensão das feminilidades infantis a partir dos estudos de mídia, gênero e infância. **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 33, n. 3, p. 887 - 913, set./dez. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-795X.2015v33n3p887>

OLIVEIRA, Maristela Costa de. Direitos Sexuais E Reprodutivos De Adolescentes: conquistas e lacunas assistenciais na política de saúde. **Revista de Políticas Públicas**. São Luís, v.15, n.2, p. 225-232, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.periodicoselétronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/839> >

OLIVEIRA, A. C. D. C. Estudos Sociológicos sobre Infância e Gênero no Brasil: o Lugar das Meninas e dos Meninos em Publicações Científicas. **Mediações**: Londrina, v. 3, n. 1, p. 243 – 262, jan. – abril 2018. Disponível em: <[10.5433/2176-6665.2018.1v23n1p243](https://doi.org/10.5433/2176-6665.2018.1v23n1p243)> Acesso em: 20 ago. 2022

PAPALIA, D. E. e FELDMAN, R. D. (2013). **Desenvolvimento Humano**. Porto Alegre, Artmed, 12ª ed.

PEDERSEN, J. R. Vitimação e vitimização de crianças e adolescentes: expressões da questão social e objeto de trabalho do Serviço Social. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 8, n. 1, p. 104-122, 13 ago. 2009.

PÖPPER, J. A.; DIAS, J. M. M. Contexto Histórico do Código do Menor para o Estatuto da Criança e Adolescente. In: EVINCI, XI, Curitiba. **Anais [online]**, v.2, n. 1, 2016. Disponível em: <

<https://portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/index.php/anaisvinci/article/view/1777#:~:text=No%20Ano%20de%201927%20o,estrat%C3%A9gia%20de%20criminaliza%C3%A7%C3%A3o%20da%20pobreza.>> Acesso em: 20 ago. 2022

RIBEIRO, C. M. Crianças, gênero e sexualidade: realidade e fantasia possibilitando problematizações. **Revista Estudos Feministas [online]**. 2011, v. 19, n. 2, p. 605-614. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2011000200020>. Epub 10 Out 2011. ISSN 1806-9584. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2011000200020>. Acesso em: 14 ago. 2022

SANDERSON, Cristiane. **ABUSO SEXUAL EM CRIANÇAS**: Fortalecendo pais e professores para proteger crianças de abusos sexuais. São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda, 2005.

SILVA, L. Q. P. et al. Perspectivas parentais sobre a sexualidade de crianças atendidas em clínica-escola de psicologia. **Psicologia Argumento**, [S.l.], v. 33, n. 81, nov. 2017. ISSN 1980-5942.

SANTOS, Sandro Vinicius Sales. Socialização de gênero na educação infantil: continuidades e rupturas vivenciadas pelas crianças na família, na igreja e na escola. **Educação (UFSM)**, Rio Grande do Sul, v.42, p. (731-750), set./dez. 2017.

SEHNEM, Graciela Dutra et al. Adolescentes que vivem com HIV/aids: experiências de sexualidade. **Revista Gaúcha de Enfermagem [online]**. 2018, v. 39 [Acessado 31 Agosto 2022] , e2017-0194. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1983-1447.2018.2017-0194>>. Epub 03 Set 2018. ISSN 1983-1447. <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2018.2017-0194>.

SOUSA, Marília Mendes Moreira de; STELKO-PEREIRA, Ana Carina. Relações entre violência escolar, gênero e estresse em pré-adolescentes. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 10, n. 1, p. 110-127, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.14244/198271991304> >

SOUZA, Fabiana Cristina de. Gênero e infância: a noção de alteridade nas representações sociais de meninos e meninas. **Educação & Linguagem**. Ano 11, n. 18, 149-169, jul.-dez. 2008.

SOUZA, Leonardo Sebastião Delfino de. A proteção integral à criança e ao adolescente à luz da Constituição Federal de 1988. In: Congresso de Direito Contemporâneo, I, 2019, Minas Gerais. **Anais**, 2019. Disponível em: <<https://www.doity.com.br/anais/congressodireitouemg/trabalho/114772>>. Acesso em: 11/08/2022 às 09:03

SOUZA, M. de F. D. de; RIBEIRO, C.T. Criança: gênero e sexualidade no processo educativo. **Revista Humanidades & Inovação**, v. 7, n. 4, p. 76 – 87, 2020. Disponível em: <<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/1818>> . Acesso em: 23 de ago. 2022.

SCHINDHELM, V. G.; EVANGELISTA, M. N. Sexualidade infantil, gênero e uma educação a contrapelo. **Revista Educação em Questão**, [S. l.], v. 45, n. 31, 2013.

DOI: 10.21680/1981-1802.2013v45n31ID5107. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/5107>. Acesso em: 23 ago. 2022.

SOBRAL, Osvaldo José et al. Uma Breve História Social da Infância, Família e Escola. In: IV Semana de Integração: XIII Semana de Letras, XV Semana de Pedagogia e I Simpósio de Pesquisa e Extensão (SIMPEX) – “Educação e Linguagem: (re)significando o conhecimento”, 2015, Goiás. **Anais**. Goiás: Anais Universidade Estadual de Goiás, 2015, p. 573 – 584. Disponível em: <<https://www.anais.ueg.br/index.php/semintegracao/article/view/5573>> Acesso em: 29 jul. 2022.

SALVA, S. et al. Ser menino e ser menina: concepções de gênero de professores e professoras do ensino fundamental. Revista COCAR, v. 12, n. 23, jan./jun. 2018. Disponível em: < <http://177.70.35.171/index.php/cocar/article/view/1733>> Acesso em: 25 ago. 2022.

TAQUETTE, S. R.; MEIRELLES, Z.V. Convenções de gênero e sexualidade na vulnerabilidade às DSTs/AIDS de adolescentes femininas. **Adolesc Saúde**. 2012;9(3):56-64

TARDIF, M.; PASCUZZO, K.; COSTA, MCO. Adolescentes autores de abuso sexual: atitudes e comportamentos face à sexualidade. **Adolesc Saúde**. 2015;12(3):33-42. Disponível em: < http://adolescenciaesaude.com/detalhe_artigo.asp?id=521 >

TRAJANO, R. K. N.; LYRA, C. V. V.; SÁ, T. Y. G. e; GOMES, A. C. A. Comparison of cases of sexual violence against children and adolescents in the period 2018-2020. **Research, Society and Development**, [S. I.], v. 10, n. 1, p. e11710111384, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i1.11384. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/11384>. Acesso em: 23 aug. 2022.

VIEIRA, R. M.; ALTMANN, H. O Brincar na Educação Infantil: Aspectos de uma Educação do Corpo e de Gênero. **Pensar a Prática**, [S. I.], v. 19, n. 1, 2016. DOI: 10.5216/rpp.v19i1.39027. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/39027>

WARDE, M. J. Repensando os estudos sociais de história da infância no Brasil. **Perspectiva**, [S. I.], v. 25, n. 1, p. 21-39, 2007. DOI: 10.5007/%x. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/1495>. Acesso em: 03 ago. 2022.

WAQUIM, Bruna Barbieri; COELHO, Inocêncio Mártires; GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. A história constitucional da infância no Brasil à luz do caso do menino Bernardino. **Revista Brasileira de Direito**, Passo Fundo, v. 14, n. 1, p. 88-110, abr. 2018. ISSN 2238-0604. Disponível em: <https://seer.imed.edu.br/index.php/revistadedireito/article/view/1680>. Acesso em: 11 ago. 2022. doi:<https://doi.org/10.18256/2238-0604.2018.v14i1.1680>.